OSX BRASIL S.A. - Em recuperação judicial

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis Em 30 de setembro de 2017 OSX BRASIL S.A. (Em recuperação judicial)

Demonstrações contábeis Em 30 de setembro de 2017

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações dos valores adicionados

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Relatório da Administração - OSX Brasil

O foco da Companhia continua a ser o apoio à Porto do Açu Operações S.A. (PdA) na prospecção de novos clientes para locação da área da OSX no Porto do Açu. Ao longo de todo o 3º Trimestre de 2017, a Administração da Companhia apresentou informações e prestou os esclarecimentos solicitados pelas partes interessadas de forma a demonstrar o cumprimento do Plano.

O principal desafio da Companhia continua sendo a equalização de suas receitas em contrapartida das obrigações geradas para manutenção do seu Plano. A PdA continua responsável pelo Contrato de Gestão de Área a fim de se obter locatários objetivando a geração de novas receitas para a Companhia.

Após o final do trimestre findo em 30 de setembro de 2017, foi definida uma nova estrutura organizacional com a entrada de novo CEO e constituição da diretoria jurídica e de Relações com Investidores da Companhia, bem como a substituição de dois membros do Conselho de administração.

Balanços patrimoniais Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

		Contro	ladora	Consolidado		
	Nota	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016	
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	4	53	82	1.735	890	
Clientes	5	-	-	3.942	1.183	
Adiantamentos diversos	12	53	70	4.422	23.340	
Estoques	6	-	-	2.666	4.858	
Despesas antecipadas	· ·	404	539	872	1.185	
Depósitos judiciais		6	-	197	76	
Total do ativo circulante		516	691	13.834	31.532	
rotal de altre enedialité					0002	
Não circulante						
Partes relacionadas	18	91.083	86.639	-	-	
Adiantamentos diversos		-	-	-	2	
Tributos a recuperar	7	37.532	34.147	47.322	50.916	
Outras contas a receber		1.653	1.654	1.653	1.653	
		130.268	122.440	48.975	52.571	
Investimentos	9	1.547	1.533	4.370	4.852	
Imobilizado	10	127	178	1.594.238	1.594.903	
Intangível	11	1.369	3.287	1.530	3.626	
Total de ativo não circulante		133.312	127.438	1.649.113	1.655.952	

Balanços patrimoniais Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

		Cont	roladora	Cons	olidado
_	Nota	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Passivo					
Circulante					
Fornecedores extraconcursais	14	26.507	25.945	99.855	105.383
Fornecedores concursais	14	-	95	-	66.224
Obrigações fiscais	15	13.824	10.739	135.267	112.824
Empréstimos e financiamentos concursais	16	-	-	-	80
Obrigações sociais e trabalhistas	13	248	274	405	531
Partes relacionadas extraconcursais	18	257.516	248.770	151.147	155.436
Partes relacionadas concursais	18	-	-	-	1.973
Adiantamento de clientes		-	-	13.645	11.490
Outros		563	410	621	414
Total do circulante		298.658	286.233	400.939	454.355
N/~					
Não circulante	4.4	00.000	00.007	000.054	044.047
Fornecedores concursais	14	23.066	22.867	899.354	844.247
Empréstimos e financiamentos extraconcursais	16 17	-	-	1.108.700 2.545.775	1.022.192
Debêntures	17	-	-	2.545.775	2.355.725
Obrigações fiscais Partes relacionadas concursais	18	10.010	10.010	21.545	10.210
Provisão para investimento com patrimônio líquido	10	10.010	10.010	21.343	10.210
negativo	9	2.943.561	2.654.856	_	_
Provisão para contingência	19	105	96	31.693	31.175
i Tovisao para contingencia	13	2.976.741	2.687.829	4.607.067	4.263.549
			2.007.020		1.200.010
Patrimônio líquido					
Capital social	20	3.886.187	3.886.187	3.886.187	3.886.187
(-) Custo emissão de ações	20	(81.057)	(81.057)	(81.057)	(81.057)
Opção de ações outorgadas	22	116.511	116.511	116.511	116.511
Ajustes acumulados na conversão de moeda estrangeira		1.707.758	1.689.485	1.707.758	1.689.485
Prejuízos acumulados		(8.770.971)	(8.457.059)	(8.770.971)	(8.457.059)
Total patrimônio líquido		(3.141.572)	(2.845.933)	(3.141.572)	(2.845.933)
Participações de acionistas não controladores		· -	- '	`(203.487) [´]	`(184.487) [′]
Total do patrimônio líquido		(3.141.572)	(2.845.933)	(3.345.059)	(3.030.420)
Total do passivo e patrimônio líquido		133.828	128.129	1.662.947	1.687.484

Demonstrações dos resultados Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto pelo prejuízo básico e diluído por ações)

		Controladora		Conso	lidado
	Nota	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Receita de venda de bens e/ou serviços Custo dos bens e/ou serviços vendidos	23 24	<u>-</u>	- -	7.971 	18 (5.800)
Resultado bruto		-	-	7.971	(5.782)
Despesas operacionais Administrativas e gerais Despesas com depreciação e amortização Provisão para redução do valor recuperável Outras despesas e receitas operacionais líquidas	24 24 25 25	(98) (1.970) - 43 (2.025)	(1.464) (1.990) - 885.156 881.702	(35.342) (2.755) (2.145) 47 (40.196)	(192.927) (2.967) 26.914 261.535 92.555
Resultado de equivalência patrimonial Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	9	(288.692) (290.718)	(1.229.566) (347.864)	(482) (32.707)	(31.030) 55.743
Resultado financeiro Receitas financeiras Despesas financeiras Variação cambial, líquida	26 26 26	1.956 (6.859) (18.291) (23.194)	42.088 (12.765) 11.786 41.109	2.241 (283.874) (18.546) (300.180)	50.194 (446.987) (3.356) (400.149)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(313.912)	(306.755)	(332.887)	(344.406)
Imposto de renda e contribuição social corrente	8			(21)	(32)
Lucro líquido/(Prejuízo) do período		(313.912)	(306.755)	(332.908)	(344.438)
Atribuído aos acionistas não controladores Atribuído aos acionistas controladores Lucro/(prejuízo) do período básico e diluído por ação		- (313.912)	(306.755)	(18.996) (313.912)	(37.683) (306.755)
(em R\$)	21	(99,72)	(0,10)	(99,72)	(0,10)

Demonstrações dos resultados Período de três meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto pelo prejuízo básico e diluído por ações)

	Controla			Conso		
			findos em	3 meses findos em		
<u>-</u>	Nota	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016	
Receita de venda de bens e/ou serviços Custo dos bens e/ou serviços vendidos		<u>.</u>	- -	2.931 -	18 (1.314)	
Resultado bruto		-	-	2.931	(1.296)	
Despesas operacionais Administrativas e gerais Despesas com depreciação e amortização (Provisão) / reversão para redução do valor recuperável Outras despesas e receitas operacionais líquidas		2.555 (654) - - 35 1.936	(17) (661) - 1.045.809 1.045.131	(11.962) (894) 546 (512) (12.822)	(35.415) (1.077) - 1.136.278 1.099.786	
Resultado de equivalência patrimonial Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		(87.452) (85.516)	(189.231) 855.900	(53) (9.944)	(15) 1.098.475	
Resultado financeiro Receitas financeiras Despesas financeiras Variação cambial, líquida		462 (2.476) 433 (1.581)	14.898 (5.005) (663) 9.230	555 (86.903) 4.059 (82.289)	17.697 (260.729) (9.574) (252.606)	
Resultado do ativo disponível para venda			-	-	-	
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(87.096)	865.130	(92.234)	845.869	
Imposto de renda e contribuição social corrente			<u>-</u>	(3)	(11)	
Lucro líquido/(Prejuízo) do período		(87.096)	865.130	(92.237)	845.858	
Atribuído aos acionistas não controladores Atribuído aos acionistas controladores Lucro/(prejuízo) do período básico e diluído por ação		- (87.096)	- 865.130	(5.140) (87.096)	(19.272) 865.130	
(em R\$)		(27,67)	(0,4697)	(27,67)	(0,4697)	

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

Demonstrações dos resultados abrangentes Período de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

		Contro	ladora	Conso	lidado
		9 meses	findos em	9 meses f	indos em
	Nota	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Lucro líquido/(prejuízo) do período		(313.912)	(306.755)	(332.908)	(344.438)
Ajustes de conversão de moeda estrangeira Ajustes de avaliação patrimonial Marcação a mercado das ações da OGX	20	18.273 -	(8.546)	18.273 -	(8.546) -
Total do resultado abrangente		(295.639)	(315.301)	(314.635)	(352.984)
Total do resultado abrangente atribuído a Participação dos acionistas não controladores Participação dos acionistas controladores		- (295.639)	- (315.301)	(18.996) (295.639)	(37.683) (315.301)

	_	Control		Consolidado 3 meses findos em		
	Nota	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016	
Lucro líquido/(prejuízo) do período		(87.096)	865.131	(92.237)	845.858	
Ajustes de conversão de moeda estrangeira Ajustes de avaliação patrimonial Marcação a mercado das ações da OGX	20	(451) -	(649.250)	(451) -	(649.250) -	
Total do resultado abrangente	-	(87.548)	215.881	(92.688)	196.608	
Total do resultado abrangente atribuído a Participação dos acionistas não controladores Participação dos acionistas controladores		- (87. 548)	- 215.881	(5.140) (87.548)	(19.273) 215.881	

OSX BRASIL S.A. - Em recuperação judicial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	(-) Custo na emissão de ações	Reserva de capital	Ajustes de conversão de moeda estrangeira	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Participação de acionistas não controladores	Total patrimônio líquido mais adiantamento para futuro aumento de capital
Saldos em 1º de janeiro de 2016		3.775.592	(81.057)	116.511	930.804	-	(7.054.114)	(2.312.264)	110.595	(141.577)	(2.343.246)
Aumento de Capital mediante subscrição de ações Adiantamento para futuro aumento de capital Ajustes de conversão de moeda estrangeira Participação de acionistas não controladores	20	110.595	- - -		- - (8.546) -		- - -	110.595 - (8.546)	- (110.595) - -	- - - (37.683)	110.595 (110.595) (8.546) 37.683)
Prejuízo do período			-	-	-		(306.755)	(306.755)	-	-	(306.755)
Saldos em 30 de setembro de 2016		3.886.187	(81.057)	116.511	922.258		(7.360.869)	(2.516.970)	-	(179.260)	(2.696.230)
Saldos em 1º de janeiro de 2017		3.886.187	(81.057)	116.511	1.689.485	-	(8.457.059)	(2.845.933)	-	(184.487)	(3.030.420)
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	20	-	-	-	18.273	-	-	18.273	-	-	18.273
Diluição de participação acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-		-	(4)	(4)
Prejuízo do período			-	-	•	•	(313.912)	(313.912)	•	(18.996)	(332.908)
Saldos em 30 de setembro de 2017		3.886.187	(81.057)	116.511	1.707.758	-	(8.770.971)	(3.141.572)	-	(203.487)	(3.345.059)

OSX BRASIL S.A. - Em recuperação judicial

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Contro	oladora	Consc	olidado
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais	,			
Lucro líquido/(prejuízo) do período	(313.912)	(306.755)	(313.912)	(306.755)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	1.970	1.990	2.755	2.967
Resultado de equivalência patrimonial	288.692	1.229.566	482	26.914
Participação dos acionistas não controladores		-	(19.000)	31.030
Opção de ações outorgadas reconhecidas	-	-	` -	(37.683)
Ganhos/Perdas em Investimentos	-	(407.895)	-	(26.057)
Provisão para crédito liquidação duvidosa	(1)	•	-	` <u>-</u>
Perda na baixa de ativo	-	-	2.146	-
Juros	-	-	282.763	-
	(23.251)	516.906	(44.766)	(309.584)
Variações nos ativos e passivos				
Redução do caixa restrito	(6)	-	(121)	-
Aumento de clientes	-	-	(2.759)	24.275
Aumento de estoques	-	-	46	(1.320)
(Aumento) redução em adiantamentos diversos	17	(32)	18.918	15.444
(Aumento) redução em outras contas a receber	•	(508.271)	2	(98)
Redução (aumento) em tributos a recuperar	(3.385)	7.197	3.594	6.613
(Aumento) redução em despesas antecipadas	134	(243)	313	(166)
(Aumento) redução em outros créditos			-	40.929
Aumento (redução) em obrigações sociais e trabalhistas	(26)	(1.420)	(126)	(8.073)
Aumento em fornecedores	665	517	(16.645)	(68.231)
Aumento em obrigações fiscais	3.085	271	22.443	26.585
(Redução) em adiantamento de clientes	-	-	2.155	-
Aumento (redução) em outros passivos	163	-	725	(13.610)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(22.604)	14.925	(16.220)	(287.236)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	-	-	(6.281)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(22.604)	14.925	(22.501)	(287.236)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Créditos concedidos a pessoas ligadas	(4.444)	(10.008)	-	645
Créditos recebidos de pessoas ligadas	`	`	-	-
Aquisições/ baixas de bens do imobilizado		-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(4.444)	(10.008)	•	645
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Adiantamento para futuro aumento de capital		-		_
Empréstimos e financiamentos obtidos		-		77.731
Capitalizações	-	-	-	(26.863)
Debênture	-	-	-	246.724
Débitos com pessoas ligadas assumidos	8.746	3.983	5.073	(10.798)
Pagamento de débitos com pessoas ligadas				-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	8.746	3.983	5.073	286.794
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	18.273	(8.546)	18.273	(8.546)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(29)	354	845	(8.343)
Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa	••	40	200	0.005
No início do período	82	12	890	8.825
No fim do período	53	366	1.735	482
(Aumento) Redução no caixa e equivalentes de caixa	(29)	354	845	(8.343)

Demonstrações dos valores adicionados Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016		
Receitas						
Receita de venda de bens e/ou serviços (bruta de impostos)			8.329	20		
Incumos adquiridos do tarcoiros	-	-	8.329	20		
Insumos adquiridos de terceiros						
Custos das mercadorias e serviços vendidos	_	_	-	(5.800)		
Despesas relativas à perda/ganho na baixa de ativos	8	1	(2.133)	27.295		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(64)	885.034	(35.272)	107.881		
	(56)	885.035	(37.405)	129.376		
Valor adicionado bruto	(56)	885.035	(29.076)	129.396		
Valor adicionado bruto	(30)	003.033	(29.070)	129.390		
Retenções						
Depreciação e amortização	(1.970)	(1.990)	(2.755)	(2.967)		
	(1.970)	(1.990)	(2.755)	(2.967)		
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	(2.025)	883.045	(31.831)	126.429		
Valor odinionada vasakida am turnafarênsia						
Valor adicionado recebido em transferência	(288.692)	(4 000 ECC)	(402)	(24.020)		
Resultado de equivalência patrimonial Receitas financeiras	1.957	(1.229.566) 53.874	(482) 5.478	(31.030) 46.838		
Outras receitas - aluquéis	1.937	33.074	10.781	40.030		
Outras recentas anagueis	(286.735)	(1.175.692)	15.777	15.808		
Valor adicionado total a distribuir	(200 764)	(202 647)	(46 0E4)	140.007		
valor adicionado total a distribuir	(288.761)	(292.647)	(16.054)	142.237		
Distribuição do valor adicionado Empregados						
Remuneração direta	_	1.085	1.969	5.641		
Benefícios	-	-	245	699		
FGTS	-	-	161	-		
	-	1.085	2.375	6.340		
Tributos	444		0.740	•		
Federais	141	-	8.718	2		
Estaduais	141	258 258	9.086	1.826 1.828		
Remuneração de capitais de terceiros	171	230	9.000	1.020		
Juros	24.936	12.765	305.293	451.477		
Aluguéis	-	-	15	27.030		
Outras remunerações	74	-	84	-		
	25.010	12.765	305.358	478.507		
Remuneração de capitais próprios						
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(18.996)	(37.683)		
Lucro líquido/(prejuízo) do período	(313.912)	(306.755)	(313.912)	(306.755)		
	(313.912)	(306.755)	(332.908)	(344.438)		

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

1. Contexto operacional

OSX Brasil S.A. - Em recuperação judicial ("OSX" ou a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 3 de setembro de 2007 com sede na cidade do Rio de Janeiro. Tem como objeto a participação direta ou indireta no capital social de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, dedicadas ao setor de equipamentos e serviços para a indústria *offshore* de óleo e gás natural, com atuação integrada nos segmentos de construção naval, afretamento de unidades de exploração e produção (E&P) e serviços de operação e manutenção (O&M). Desde março de 2010, a Companhia tem suas ações listadas no segmento Novo Mercado da BM&FBovespa, sob o código OSXB3.

A partir do primeiro semestre de 2016 a OSX se dedicou a alcançar dois importantes objetivos. Primeiro, desconsolidar o balanço da holding OSX Leasing Group BV, que engloba a maior parte das operações internacionais de forma a tornar mais efetiva a avaliação das demonstrações contábeis da companhia. E, segundo, gerar valor, de forma a evidenciar o potencial comercial para a área da OSX Construção Naval. Cabe destacar que o desenvolvimento da Unidade de Construção Naval no Açu (UCN Açu), em conjunto com a Porto do Açu Operações S.A., em uma área de 3.200.000 metros quadrados, viabilizará a recuperação da OSX Brasil S.A., assegurando a continuidade de suas operações e a geração de caixa para fazer frente às suas obrigações concursais e correntes.

Processo de recuperação judicial

Durante o segundo semestre de 2013, a OSX enfrentou um agravamento da sua situação financeira, incluindo o cancelamento de encomendas de unidades que seriam construídas na Unidade de Construção Naval do Açu ("UCN Açu") e de contratos de afretamento e operação e manutenção de unidades FPSOs e WHPs. Em outubro daquele ano, a Óleo e Gás Participações S.A. - Em recuperação judicial ("OGpar"), principal cliente da Companhia, ajuizou na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, seu pedido de recuperação judicial, em conjunto com as controladas, OGX Petróleo e Gás S.A.- Em recuperação judicial ("OGX"), OGX International GmbH - Em recuperação judicial e OGX Austria GmbH - Em recuperação judicial.

No dia 08 de novembro de 2013, em vista da situação conjuntural da Companhia, que a impedia de honrar o pagamento de obrigações vencidas e com vencimento no curto prazo, o Conselho de Administração aprovou o pedido de recuperação judicial da OSX, como instrumento relevante para assegurar a preservação do interesse dos acionistas, empregados e credores, promovendo assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica. O pedido de recuperação judicial da OSX, em conjunto com suas subsidiárias OSX Construção Naval S.A. - Em recuperação judicial ("OSX Construção Naval") e OSX Serviços Operacionais Ltda. - Em recuperação judicial ("OSX Serviços") (as "Recuperandas"), foi ajuizado em 11 de novembro de 2013, na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Em 17 de dezembro de 2014, os Planos de Recuperação Judicial das Recuperandas foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores e, em 19 de dezembro de 2014, o Juízo da 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro homologou os três Planos de Recuperação Judicial. A publicação da homologação dos referidos planos ocorreu no dia 08 de janeiro de 2015.

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

1. Contexto operacional - continuação

Processo de recuperação judicial - continuação

No dia 30 de janeiro de 2015, a Caixa Econômica Federal (Credora Extraconcursal Anuente) concedeu sua anuência aos termos do Plano de Recuperação Judicial da OSX Construção Naval. A obtenção desta anuência era condição suspensiva para a eficácia e implementação dos Planos de Recuperação Judicial da OSX e da OSX Construção Naval. Durante o último trimestre de 2015, a administração entendeu que o plano estava homologado desde a sua data de publicação, 08 de janeiro de 2015, passando a executar todas as premissas estabelecidas no plano, tendo como principal impacto a atualização monetária de todos os credores quirografários.

A Companhia está cumprindo com suas obrigações de pagamentos previstas com os credores quirografários da OSX Brasil S.A – Em Recuperação Judicial e OSX Construção Naval S.A – Em Recuperação Judicial que tiveram interesse no pagamento de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e a totalidade de créditos dos Credores Quirografários da OSX Serviços Operacionais Ltda. – Em Recuperação Judicial, tudo em conformidade com as obrigações previstas nos respectivos Planos de Recuperação Judicial.

O Plano de recuperação judicial da OSX Brasil S.A. - Em recuperação judicial

Os Planos de Recuperação Judicial aprovados pelos credores em dezembro de 2014 têm como objetivo permitir que a OSX busque estabelecer a forma de liquidação das dívidas e a concessão de recursos novos, de forma a viabilizar a manutenção das atividades da Companhia e das suas subsidiárias OSX Construção Naval e OSX Serviços.

Abaixo segue uma breve descrição do Plano de Recuperação Judicial da OSX, sendo que as íntegras dos Planos de Recuperação Judicial aprovados estão disponíveis ao público nos sites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (ri.osx.com.br).

Captação de novos recursos

Para recompor o capital de giro necessário para continuidade de suas atividades, pagamento dos custos de reestruturação, bem como desenvolvimento de seu plano de negócios, a OSX obteve novos financiamentos junto a seus credores concursais, por meio da emissão de quatro séries de debêntures (debêntures 1ª Série, das debêntures 3ª Série, das debêntures 5ª Série e as debêntures 6ª Série) ("novos recursos").

Os recursos concedidos pelos credores financiadores, conforme Nota Explicativa 17 - Debêntures, que subscreverem as debêntures 1ª Série, as debêntures 3ª Série, as debêntures 5ª Série e as debêntures 6ª Série serão amortizados e pagos da seguinte forma, observados os termos e condições estabelecidos na escritura de emissão de debêntures:

▶ Data de vencimento: 10 anos, a contar da data de Emissão das debêntures, renováveis por 10 anos.

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

1. Contexto operacional - continuação

O Plano de recuperação judicial da OSX Brasil S.A. - Em recuperação judicial - Continuação

- Amortização programada do valor do principal: o valor nominal unitário das debêntures 1ª Série, das debêntures 3ª Série, das debêntures 5ª Série e das debêntures 6ª Série será integralmente amortizado em uma única parcela, na data de vencimento, não havendo qualquer tipo de subordinação entre os detentores dessas debêntures.
 - ▶ Juros remuneratórios: as debêntures 1ª Série, as debêntures 3ª Série, as debêntures 5ª Série e as debêntures 6ª Série farão jus a uma remuneração equivalente à variação acumulada de 100% da Taxa DI incidente sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário de cada debênture, acrescido de um spread de 2% ao ano.
 - Cálculo dos juros remuneratórios: a partir da data de emissão das debêntures ou da data de pagamento da remuneração anterior, conforme o caso.
 - Pagamento dos juros remuneratórios: serão pagos integralmente na data de vencimento, observado que, caso ocorra a amortização extraordinária das debêntures 1ª Série, das debêntures 3ª Série, das debêntures 5ª Série e das debêntures 6ª Série, os juros remuneratórios incidentes no período serão pagos juntamente com a parcela do valor nominal unitário da respectiva Série a ser amortizada extraordinariamente.

Reestruturação de dívidas

A reestruturação das dívidas contraídas perante os credores concursais é indispensável para que a OSX possa alcançar o almejado soerguimento financeiro e operacional. Tal reestruturação passa pela concessão de prazos e condições especiais de pagamento para suas obrigações vencidas e vincendas.

Os credores concursais que concederam novos recursos à recuperanda são chamados credores financiadores, e são classificados como credores financiadores os bancos e credores financiadores em geral. Observadas as condições de elegibilidade, indicadas no Plano de Recuperação Judicial, os créditos concursais e/ou créditos extraconcursais dos (i) credores financiadores bancos poderão ser utilizados para a integralização das (i.a) debêntures 2ª Série, caso o respectivo credor financiador banco tenha integralizado debêntures 6ª Série, caso o respectivo credor financiadores em geral poderão ser utilizados para a integralização das (ii.a) debêntures 4ª Série, caso o respectivo credor financiador em geral tenha integralizado debêntures 3ª Série, ou (ii.b) debêntures 6ª Série.

As debêntures 2ª Série, as debêntures 4ª Série e as debêntures 6ª Série serão pagas nas seguintes condições:

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

1. Contexto operacional - continuação

- Data de vencimento: 20 anos a contar da data de emissão das debêntures, renováveis por mais 20 anos, conforme previsto na Escritura de emissão de debêntures.
- Amortização programada do valor do principal: o valor nominal unitário das debêntures 2ª Série, das debêntures 4ª Série, das debêntures 6ª Série será integralmente amortizado em uma única parcela, na data de vencimento, não havendo qualquer tipo de subordinação entre os detentores dessas debêntures.
- Cálculo dos juros remuneratórios: (a) as debêntures 2ª Série e as debêntures 4ª Série farão jus a uma remuneração equivalente à variação acumulada de 100% da Taxa DI incidente sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das debêntures 2ª Série ou debêntures 4ª Série; e (b) as debêntures 6ª Série farão jus (b.1) da Data do Pedido até o 36º mês contado da data de emissão das debêntures (inclusive), a uma remuneração equivalente à variação acumulada de 100% da Taxa DI incidente sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das debêntures 6ª Série acrescido de um spread de 1,80% e (b.2) do 36º mês contado da data de emissão das debêntures (exclusivo) até a data de vencimento das debêntures, a uma remuneração equivalente à variação acumulada de 100% da Taxa DI incidente sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das debêntures 6ª Série.
- Pagamento dos juros remuneratórios: serão pagos após o 6º ano juntamente com a parcela do valor nominal unitário da respectiva Série a ser amortizada extraordinariamente.

Os créditos dos credores quirografários não financiadores serão pagos da seguinte forma:

- Prazo: 25 anos a contar da data de homologação renováveis por 25 anos.
- ► Pagamento do principal: será realizado em uma única parcela no 1º Dia Útil após o 25º Aniversário ou no 1º dia útil após o 50º aniversário, conforme aplicável.
- Correção monetária: valor correspondente à variação do IPCA, incidentes a partir da Data de Homologação (conforme definição da data de homologação constante no plano de recuperação judicial das companhias) sobre o saldo do principal na data do pedido, nos termos da legislação monetária em vigor.

Os créditos quirografários por fiança, aval ou obrigação solidária serão reestruturados nos termos e condições estabelecidos para os créditos dos credores quirografários não financiadores.

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

1. Contexto operacional-Continuação

O Plano de recuperação judicial da OSX Brasil S.A. - Em recuperação judicial --Continuação

Reestruturação de dívidas--Continuação

Todos os credores quirografários, com exceção dos credores quirografários por fiança, aval ou obrigação solidária, poderão optar pelo recebimento de uma quantia em dinheiro, correspondente a R\$80 mil, limitada ao valor de seu crédito. O valor remanescente de seu crédito, se houver, terá o tratamento previsto acima, conforme opção do respectivo credor em relação à concessão de novos recursos.

Os créditos partes relacionadas do Grupo OSX serão pagos em 10 parcelas mensais, sem incidência e capitalização de juros, sendo a primeira parcela devida, única e exclusivamente após o primeiro mês subsequente à quitação de todos os demais créditos concursais e créditos extraconcursais. As partes poderão oportunamente convencionar forma alternativa de extinção dos créditos partes relacionadas, inclusive mediante conversão de tais créditos partes relacionadas em capital social da devedora, desde que sem impacto de caixa e qualquer tipo de desembolso para o Grupo OSX na liquidação de créditos partes relacionadas e observando a estrutura mais adequada para o Grupo OSX, sob a perspectiva societária, tributária e comercial.

Readequação do plano de negócios da UCN Açu

A OSX está revendo o plano de negócios relativo ao desenvolvimento da UCN Açu como parte do redimensionamento de suas atividades operacionais e adequação à sua nova realidade, mantendo, contudo, suas atividades relacionadas à indústria naval. Nesse contexto, a OSX Construção Naval contratou a Porto do Açu Operações S.A. para gerenciar de forma mais eficiente, em conjunto com a OSX Construção Naval, a exploração comercial da área total de 3.200.000 metros quadrados onde está localizada a UCN Açu. Com a gestão desta área pela Porto do Açu, a OSX Construção Naval espera viabilizar o desenvolvimento da UCN Açu, assegurando a continuidade de suas operações e a geração de caixa para fazer frente às suas obrigações concursais e correntes.

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

1. Contexto operacional--Continuação

O Plano de recuperação judicial da OSX Brasil S.A. - Em recuperação judicial --Continuação

Readequação do plano de negócios da UCN Açu --Continuação

As receitas auferidas pela OSX Construção Naval, incluindo aquelas decorrentes da exploração da área acima mencionada e os recursos a que faz jus em razão da participação acionária detida na Integra ("recursos Integra"), deverão, obrigatoriamente, ser depositadas mensalmente em uma conta vinculada ao cumprimento do Plano de Recuperação Judicial ("conta centralizadora"). Os recursos depositados na conta centralizadora serão transferidos mensalmente para contas vinculadas, para fazer frente às obrigações ("contas vinculadas"), respeitadas a ordem a descrita no Plano de Recuperação Judicial.

Alienação de outros bens do ativo não circulante

A OSX poderá promover a alienação e oneração de bens que integram seu ativo não circulante, conforme autorizado expressamente pelo Juízo da Recuperação, observados os limites estabelecidos na lei de falências, no Plano de Recuperação Judicial e nos demais contratos em vigor celebrados pelo Grupo OSX com os credores não sujeitos à presente Recuperação Judicial.

Reestruturação Societária

A OSX vem promovendo a reestruturação societária do Grupo OSX, de forma a obter a estrutura societária mais adequada para o desenvolvimento de suas atividades tal como redimensionadas no contexto da Recuperação Judicial e do seu plano de negócios decorrente da implementação do Plano, sempre no melhor interesse do Grupo OSX e visando ao sucesso da Recuperação Judicial.

Histórico da falência da OSX Leasing Group B.V.

A partir da decretação da falência da OSX Leasing Group B.V. na Holanda, em 15 de julho de 2015, a qual se encontra sob supervisão da justiça holandesa e sob gestão de um administrador específico apontado por ela, a OSX Brasil S.A. passou a não exercer nenhum controle ou influência política, financeira e operacional significativas nesses negócios, incluindo também sob suas controladas e coligadas. Nesse contexto, se fez necessária a desconsolidação contábil da holding OSX Leasing Group B.V., que engloba a maior parte das empresas internacionais da OSX Brasil S.A..

Com objetivo de prover um detalhamento que permita o melhor entendimento possível ao processo de desconsolidação, cabe contextualizar com os fatos e eventos ao longo da história recente da Companhia que justificaram tal procedimento.

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

1. Contexto operacional--Continuação

- O Plano de recuperação judicial da OSX Brasil S.A. Em recuperação judicial --Continuação
- Reestruturação Societária Continuação

Histórico de falência da OSX Leasing Group B.V. --Continuação

No dia 22 de dezembro de 2014, as empresas Óleo e Gás Participações S.A. - Em recuperação judicial ("OGpar") e OGX Petróleo e Gás - Em Recuperação Judicial divulgaram fato relevante comunicando a obtenção de "decisão judicial em caráter liminar para reduzir o valor do daily rate do afretamento da FPSO OSX 3, concedida pelo juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, em face de OSX 3 Leasing B.V. ("OSX 3"), na qualidade de proprietário da embarcação, bem como de Nordic Trustee Asa, na qualidade de cessionária de direitos decorrentes do afretamento da embarcação".No dia 13 de março de 2015, a OGX e a OSX acordaram a suspensão, pelo prazo de 6 meses: (i) dos pagamentos devidos pela OGX à título de contraprestação pelo afretamento da plataforma FPSO OSX 3 e (ii) de certas obrigações previstas nos contratos relacionados ao Afretamento. O prazo da suspensão acordada em 13 de março de 2015 findou-se e a Companhia não atingiu acordo com os Bondholders da OSX3 com o objetivo de encontrar uma forma de equacionar seus débitos com os primeiros e a solução mais favorável para o FPSO.

No dia 27 de março de 2015, a Nordic Trustee ASA apresentou, na Holanda, pedido de falência das sociedades OSX 3 Holding B.V., OSX 3 Holdco B.V. e OSX Leasing Group B.V., subsidiárias da Companhia.

No tocante à OSX Leasing Group B.V., a administração da companhia apresentou, perante a justiça da Holanda, um pedido formal de suspensão de pagamentos. O pedido foi provisoriamente deferido pelo Tribunal. O objetivo dessa suspensão de pagamentos foi permitir que a OSX Leasing Group BV reestruturasse a sua dívida e/ou apresentasse um plano a seus credores - sob supervisão da justiça holandesa e de um adminsitrador específico apontado por esta. A suspensão de pagamentos envolveu somente as obrigações da OSX Leasing Group BV.

Em 15 de julho de 2015, a Nordic Trustee ASA, na qualidade de agente fiduciária dos detentores de Bonds emitidos pela OSX 3 Leasing B.V. votou contra o deferimento definitivo do procedimento de suspensão de pagamentos concedido anteriormente à OSX Leasing Group B.V., resultando na falência da mesma.

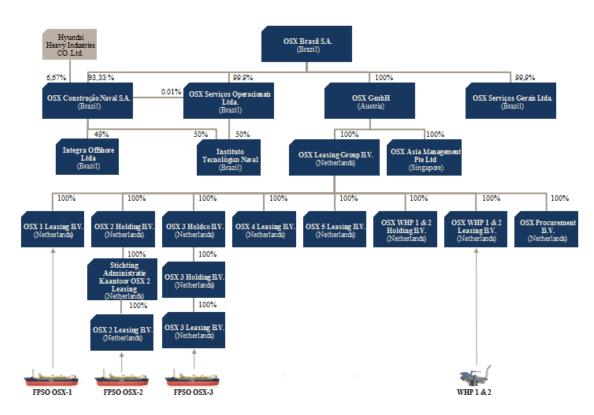
Por conseguinte, a Companhia passou a não mais deter controle ou influência nesses negócios. A liquidação dos ativos e passivos das mesmas está sendo supervisionado pela justiça holandesa e gerido por um administrador específico.

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

1. Contexto operacional-Continuação

Estrutura Societária

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia apresenta a seguinte estrutura societária :



Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 – Histórico de Falência OSX Leasing Group B.V., os investimentos nas empresas Off Shore foram baixados no balanço patrimonial consolidado da OSX Brasil.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade com as normas IFRS e as normas do CPC

As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 30 de setembro de 2017, estão assim apresentadas:

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com o International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

a) Declaração de conformidade com as normas IFRS e as normas do CPC -- Continuação

emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS.

b) Base de mensuração

As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado/ patrimônio líquido.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. A Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real e a moeda funcional de suas controladas no exterior é o dólar norte-americano, em decorrência das suas receitas e dos seus custos de operação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Julgamentos, estimativas e premissas são utilizados para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das Demonstrações financeiras da Companhia.

O uso desses fatores é inerente e condição imprescindível na preparação das Demonstrações financeiras.

A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, notadamente a venda de ativos da Companhia e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a avaliação e classificação dos ativos não circulantes mantidos para venda e, por determinação do CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda, foi classificado no ativo circulante.

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

2. Apresentação das demonstrações financeiras—Continuação

d) <u>Uso de estimativas e julgamentos</u> -- Continuação

Além do evento relevante acima comentado, outros eventos e estimativas relevantes são:

- Nota nº 1 Sucesso na execução do plano de recuperação judicial.
- Nota nº 10 Imobilizado/Depreciação e realização de ativos/Impairment.
- Nota nº 19 Provisão para contingências expectativa de êxito/perda.

A autorização para emissão destas Demonstrações financeiras ocorreu em reunião da diretoria realizada em 13 de dezembro de 2017.

A Administração da Companhia, afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

e) Procedimentos de consolidação

Em 30 de setembro de 2017, a OSX possui as seguintes empresas controladas com participação direta e/ou indireta:

Empresas sediadas na Cidade e Estado do Rio de Janeiro

OSX Construção Naval S.A. - Em recuperação judicial ("OSX Construção Naval")

Constituída em 28 de julho de 2009, tem como objeto social as atividades de construção, reparo, montagem, integração e venda de unidades marítimas de exploração e produção de petróleo e gás natural, estruturas e equipamentos correlatos, para fornecimento ao mercado de petróleo e gás natural do Brasil, sendo a responsável pela Unidade de Construção Naval do Açu ("UCN Açu"). Atualmente este segmento de negócios está dedicado ao aluguel de áreas no Porto do Açu para clientes.

OSX Serviços Operacionais Ltda. - Em recuperação judicial ("OSX Serviços")

Constituída em 25 de novembro de 2009, tem como objeto social a prestação de serviços de operação e manutenção de unidades marítimas ligadas às atividades de exploração e produção de petróleo e gás, tais como, mas não limitada a, Plataformas Fixas de Produção e/ou Perfuração, unidades Flutuantes de Perfuração ou de Produção, unidades tipo FPSO (Floating, Production, Storage and Offloading) e unidades do tipo FSO (Floating, Storage and Offloading), além da prestação de serviços de engenharia, incluindo consultoria em engenharia básica, engenharia de detalhamento, FEED (Front End Engineering Detail), e de serviços de consultoria no setor de equipamentos marítimos para atividades de exploração e produção de petróleo e gás.

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

Apresentação das demonstrações financeiras—Continuação

e) Procedimentos de consolidação -- Continuação

OSX Serviços Gerais Ltda. ("OSX Serviços Gerais")

Constituída em 28 de janeiro de 2011, tem como objeto social a prestação de serviços gerais e corporativos, incluindo o compartilhamento de recursos humanos e de infraestrutura, bem como a prestação de fianças e outras garantias relativas a obrigações assumidas por sua controladora ou outras sociedades sob controle comum.

• Integra Offshore Ltda. ("Integra")

Constituída em 02 de julho de 2012 com a empresa Mendes Junior Engenharia S.A., que tem como objeto social a integração de duas unidades FPSO, que foram enviadas a outro estaleiro a fim de concluir sua construção. A Companhia possui 49% da SPE, sendo minoritária e sem interferência na gestão da Integra.

Empresas sediadas no exterior

OSX GmbH ("OSX GmbH")

Constituída em 22 de outubro de 2009, através da aquisição do capital social da BVSARANTATRIABeteiligungsverwaltungGmbH, uma sociedade existente e constituída de acordo com as leis austríacas, sediada na Áustria, em 19 de novembro de 2009 passou a se denominar OSX GmbH. A empresa tem como objeto social participar em outras sociedades. Esta aquisição não foi caracterizada como uma combinação de negócios, de acordo com as definições estabelecidas no CPC 15 e IFRS 3 (*Business Combinations*) por tratar-se de aquisição de uma empresa sem nenhum ativo ou passivo e sem fluxo de caixa projetado.

OSX Asia Management Pte. Ltda.

Constituída em 05 de abril de 2012, de acordo com as leis asiáticas, sediada em Cingapura, que tem como objeto social a prestação de serviços gerais e corporativos, incluindo o compartilhamento de recursos humanos e de infraestrutura.

A seguir, os percentuais de participação que OSX possui em suas empresas controladas e fundos exclusivos, os quais, exceto a Integra cujo resultado é reconhecido por equivalência patrimonial, são todos consolidados.

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

2. Apresentação das demonstrações financeiras—Continuação

e) Procedimentos de consolidação -- Continuação

	Percentual de participação		
	30/09/2017	31/12/2016	
Controladas diretas			
OSX Construção Naval - em recuperação judicial	93,33%	93,33%	
OSX Serviços - em recuperação judicial	99,99%	99,99%	
OSX Serviços Gerais	99,99%	99,99%	
OSX GmbH	100,00%	100,00%	
Controladas indiretas			
OSX Asia Management Pte. Ltd.	100,00%	100,00%	
Integra	49,00%	49,00%	

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- b) Eliminação dos saldos de despesas e receitas decorrentes de negócios entre as companhias consolidadas.
- c) As flutuações de moeda referentes a ativos monetários intercompanhias são reconhecidas como variação cambial na demonstração do resultado da entidade que reporta a informação.
- d) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e lucros (ou prejuízos) acumulados das empresas controladas.
- e) A participação dos acionistas não controladores, que representa a parcela do resultado do período e do patrimônio líquido que não é detida pela Companhia, é apresentada separadamente da demonstração do resultado consolidado e dentro do grupo de patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado, em separado do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores.
- f) Alterações no percentual de participação em controladas que não resultem em perda e/ou ganho de controle são registradas no patrimônio líquido.

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

2. Apresentação das Demonstrações financeiras-Continuação

g) Novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor - Continuação

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pela CVM, baseada em pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

"Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) -Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A Administração esta avaliando os impactos de sua adoção e ainda não definiu o método de transição que será utilizado.

"Receita de contrato com Clientes" Essa norma estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém significativamente mais orientações e requerimentos em comparação às normas e interpretações existentes. Na nova norma, a receita deverá ser reconhecida levando-se em consideração os cinco critérios a seguir que precisam ser atendidos de forma cumulativa: (i) identificar o contrato; (ii) identificar as obrigações de "performance"; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação para cada obrigação de "performance"; e (v) reconhecer a receita somente quando cada obrigação de "performance" for satisfeita. A adoção desta nova norma pode resultar no fato de que em muitas entidades o momento e a natureza do reconhecimento de receita deverão ser modificados.

Não há outras normas do IFRS ou interpretações do IFRIC atuais que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as Demonstrações financeiras do Grupo.

24

IFRS 9

IFRS 16

IFRS 15

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

(i) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(ii) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

(iii) Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia não reconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

3. Resumo das principais práticas contábeis - Continuação

a) Base de consolidação - Continuação

(iv) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual a Companhia possui controle compartilhado, onde a Companhia tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo. A Companhia e suas subsidiarias não possuem controladas em conjunto.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidada e individual incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intercompanhias, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intercompanhias, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado.

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

b) Moeda estrangeira - Continuação

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

As demonstrações do resultado e do fluxo de caixa das investidas, em ambiente econômico estável, com moeda funcional distinta da controladora, são convertidas para reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final do exercício e os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por aplicações de curto prazo, de liquidez imediata, que são prontamente conversíveis para quantias conhecidas de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

d) Investimentos

A Companhia detém o controle de todas as suas subsidiárias, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 9. Desta forma, seus investimentos são avaliados por equivalência patrimonial.

e) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Registrado pelo custo histórico e de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução do valor recuperável (impairment).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuídos à aquisição, à construção ou à produção de um ativo imobilizado formam parte do custo deste ativo, conforme estabelece o CPC 20 e IAS 23 (Borrowing Costs). Os custos de empréstimos já estavam sendo capitalizados conforme Deliberação CVM 193/96 tendo em vista que são diretamente atribuíveis à construção do ativo.

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

e) Imobilizado- Continuação

(ii) Depreciação

A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 10 - Imobilizado e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e os respectivos valores residuais. Não houve alteração significativa na vida útil dos bens que estão sujeitos a depreciação.

(iii) Redução ao valor recuperável - Impairment

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

f) <u>Ativos financeiros não-derivativos (incluindo recebíveis)</u>

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram perdas de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor.
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que a Companhia não consideraria em condições normais.
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência.
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores.
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, a evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no valor justo abaixo do seu custo.

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

3. Resumo das principais práticas contábeis-Continuação

f) Ativos financeiros não-derivativos (incluindo recebíveis)-Continuação

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Durante o exercício de 2017, a Administração da Companhia não identificou evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável conforme divulgado nas demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2017.

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

3. Resumo das principais práticas contábeis-Continuação

g) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado anualmente na mesma época.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGCs, e então para redução do valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

3. Resumo das principais práticas contábeis-Continuação

h) Instrumentos financeiros

Todos os instrumentos financeiros foram reconhecidos no balanço da Companhia e suas controladas, tanto no ativo quanto no passivo, e são mensurados inicialmente pelo valor justo quando aplicável e após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, decrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem bancos, aplicações financeiras, contas a receber e outros créditos, assim como fornecedores, empréstimos, contas a pagar e outras dívidas.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

(i) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis devem ser mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável. Clientes e partes relacionadas da Companhia e suas controladas foram classificados nesta categoria.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas foram classificadas nesta categoria.

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

3. Resumo das principais práticas contábeis-Continuação

h) Instrumentos financeiros-Continuação

(iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

i) Pagamentos baseados em ações

A Companhia registra as opções de compra de ações outorgadas pela Companhia e pelo Controlador, inclusive as opções de compras de ações de outras companhias coligadas outorgadas pelo controlador a executivos e conselheiros da Companhia, a valor justo, em conta específica no Patrimônio Líquido e demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas, e em conformidade com o CPC 10, ICPC 05, IFRS 2 e IFRIC 11 Share-based Payment).

i) Receita operacional

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

(i) Prestação de serviços

A receita de serviços prestados será reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

3. Resumo das principais práticas contábeis-Continuação

i) Receita operacional-Continuação

(ii) Contratos de construção

As receitas oriundas da construção de embarcações são reconhecidas proporcionalmente à etapa de construção do contrato (*percentage of completion* - POC), de acordo com a política contábil da Companhia sobre contratos de construção, conforme descrito neste relatório.

Quando o resultado de um contrato de construção pode ser estimado de forma confiável, a receita e o custo são reconhecidos proporcionalmente à etapa de conclusão física ao final do período de reporte. A avaliação é baseada na proporção dos custos incorridos para trabalhos executados até a data, relativos ao custo total estimado do contrato, exceto onde isto não seria representativo do estágio de construção. Os aditivos de contrato, reclamações e pagamentos de incentivos são considerados desde que acordados com o cliente e consequentemente considerados como prováveis. Quando o resultado do contrato de construção não pode ser estimado com confiança, a receita é reconhecida na medida em que os custos são incorridos e desde que seja provável a sua realização. Os custos contratuais são reconhecidos como despesas do exercício no qual são incorridos. Quando for provável que o total de custos dos contratos exceda o total das receitas contratuais, a perda prevista é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia não possui em 30 de setembro de 2017 contratos em aberto.

k) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

I) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, para as empresas optantes pelo lucro real, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social contabilizados no resultado são formados pela despesa corrente destes tributos, e, também, pelo diferido líquido que é resultante do cálculo do IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias ativas e passivas, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o ajuste de avaliação patrimonial são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido.

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

3. Resumo das principais práticas contábeis-Continuação

I) Imposto de renda e contribuição social-Continuação

Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório.

Dentre as empresas optantes pelo lucro real, somente a OSX Brasil apurou lucro tributável neste exercício, havendo base de cálculo positiva para o imposto de renda e contribuição social. As demais empresas não apuraram lucro tributável e consequentemente não houve base positiva para fins de cálculo de imposto de renda e contribuição social.

Para as empresas no exterior, o imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados, onde aplicável, com base nas respectivas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras.

m) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, no exercício apresentado.

n) Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são relatados à Administração incluem não apenas os itens diretamente atribuíveis ao segmento, como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede, despesas e receitas financeiras e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

o) Demonstração de fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o Pronunciamento Contábil CPC 03 (IAS 07) "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo CPC.

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

3. Resumo das principais práticas contábeis-Continuação

p) <u>Demonstração do valor adicionado</u>

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consc	olidado
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	53	82	1.735	890
	53	82	1.735	890

5. Clientes

O saldo da conta de clientes em 30 de setembro de 2017 é representado por montantes oriundos das operações de locação da área do cais do Porto do Açu.

	Consc	olidado
	30/09/2017	31/12/2016
Contas a receber de locação	2.455	1.165
Outros	1.487	18
	3.942	1.183

6. Estoques

Conso	Consolidado		
30/09/2017	31/12/2016		
2.666	4.858		
2.666	4.858		

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

7. Tributos a recuperar

Os créditos tributários da Companhia são compostos, basicamente, por saldo negativo de exercícios anteriores e retenções de terceiros. A Companhia tem a expectativa de realização de todo o saldo, através de compensações com outros impostos federais e por pedido de restituição protocolado junto a receita federal, conforme previsto em lei.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Imposto de renda - antecipação	5.693	4.490	5.705	10.454
Contrib. social - antecipação	2.056	1.621	2.063	3.778
IRPJ exercícios anteriores (*)	25.544	24.338	30.887	29.394
IRPJ a compensar	2.422	1.965	3.218	2.760
Outros créditos	485	478	3.126	2.337
CSLL Base negativa	1.332	1.255	2.323	2.193
Tributos a recuperar	37.532	34.147	47.322	50.916

^(*) Referem-se a IRRF sobre aplicações financeiras de exercícios anteriores que transformam-se em saldo negativo ao final do exercício. A Companhia ingressou com medida judicial junto a Receita Federal do Brasil durante o exercício de 2014, pleiteando a restituição.

8. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação do IRPJ/CSLL apurados conforme alíquotas nominais vigentes e os valores dos impostos registrados nos exercícios findo em 30 de setembro de 2017 e 2016 estão apresentados a seguir:

•	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Lucro líquido/(Prejuizo) do período	(313.912)	(306.755)	(322.887)	(344.406)
Total do IRPJ/CSLL diferido e corrente após RTT	(313.912)	(306.755)	(322.887)	(344.406)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(106.730)	(104.297)	(113.182)	(117.098)
Resultado de equivalência patrimonial	98.155	418.053	98.319	428.603
Exclusões permanentes, líquidas Outros	6.211 2.364	(318.100) 4.344	7.686 7.198	(337.186) 25.713
Total do imposto de renda e contribuição social diferido e corrente		-	21	32
Total do imposto de renda e contribuição social corrente no resultado			21	32
Total do imposto de renda e contribuição social diferido e corrente		<u>-</u>	21	32
Alíquota efetiva	(0%)	(0%)	(0%)	(0%)

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

8. Imposto de renda e contribuição social -- Continuação

Para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social, o regime de tributação adotado pela Companhia e suas Controladas é o do lucro real anual.

A apuração de imposto de renda das empresas estrangeiras é efetuada com observância à legislação fiscal dos respectivos países.

Ainda para fins de apuração de imposto de renda e contribuição social, desde o exercício de 2013 as empresas optantes pelo lucro real adotaram somente em 2015 pela opção de utilização da Lei 12.973/14, que regulamentou diversas novidades introduzidas pela Lei 11.638/07. Com isso, a Companhia apura seus tributos em conformidade com a legislação tributária.

9. Investimentos

a) Participações societárias diretas

				30/09/2017			
Controladas diretas	Participação	Quantidade ações/ quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita Líquida	Lucro/Prejuízo do período
OSX Construção Naval OSX Serviços Operacionais OSX Serviços Gerais OSX GmbH	(i) 99,80% 99,99% 99,99% 100,00%	45.611.593 36.180 1.000	1.686.736 100.597 5.566 85	4.737.389 187.670 4.018 9.409	(3.050.652) (87.073) 1.547 (9.324)	(7.971) - - -	(284.759) (23.040) 66 (8.377)
				31/12/2016			
Controladas diretas	Participação	Quantidade ações/ quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio Iíquido	Receita Líquida	Lucro/Prejuízo do período
OSX Construção Naval OSX Serviços Operacionais OSX Serviços Gerais OSX GmbH	(i) 93,33% 99,99% 99,99% 100,00%	1.344.338 36.180 1.000	1.700.409 103.286 1.624 31	4.466.308 167.319 91 9.445	(2.765.899) (64.033) 1.533 (9.415)	1.075 18 - -	(643.300) (23.477) 154 (19.938)

⁽i) Conforme Nota Explicativa nº 20 letra f.

b) Participações societárias indiretas

	30/09/2017							
Controladas indiretas	Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Receita Líquida	Lucro/ (prejuízo) do período		
OSX Asia Integra Offshore Ltda.	100,00% 49,00%	1 428.956	4.722 438.858	(4.721) (9.902)	-	(27) (1.008)		
			31/12/2	2016				
Controladas indiretas	Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Receita Líquida	Lucro/ (prejuízo) do exercício		
OSX Asia Integra Offshore Ltda.	100,00% 49,00%	8.533 510.164	10.956 500.263	431 9.901		- (239) - (49.352)		

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

9. Investimentos - Continuação

c) Movimentações - Controladora

Controladas	31/12/2016 investimento	31/12/2016 passivo a descoberto	Adições / Baixas	Equivalência patrimonial	30/09/2017 Passivo a descoberto	30/09/2017 Investimento
OSX Construção Naval	-	(2.581.414)	5	(265.765)	(2.847.174)	-
OSX Serviços	-	(64.027)	-	(23.037)	(87.064)	=
OSX Serviços Gerais	1.533	-	(52)	66	-	1.547
OSX GmbH	=	(9.415)	47	44	(9.324)	=
Total	1.533	(2.654.856)	8.421	(288.692)	(2.943.562)	1.547

d) Participações em Entidades de Propósitos Específicos - EPEs

A Companhia mantém participação em uma EPE, que são consolidadas às Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, nos termos da Instrução CVM nº 408, de 18 de agosto de 2005. A EPE OSX Asia é uma sociedade criada de acordo com as leis de Cingapura e suas atividades estão descritas na Nota Explicativa nº 3 (a) – Base de Consolidação..

A controlada OSX Construção Naval detém participação de 49% no capital votante e total da empresa Integra Offshore Ltda. ("Integra"). Conforme o CPC 19, por não possuir o controle da subsidiária, a participação está avaliada como equivalência patrimonial representando o montante de R\$4.369 em 30 de setembro de 2017 (R\$4.852 em 31 de dezembro de 2016).

e) Garantias concedidas em favor das controladas e coligadas

As garantias concedidas em favor de controladas e coligadas estão descritas na Nota Explicativa nº 18 - Partes relacionadas.

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

10. Imobilizado

	30/09/2017	31/12/2016
OSX Brasil (Controladora)	127	178
OSX Construção Naval	1.593.957	1.594.529
OSX Serviços	154	196
	1.594.238	1.594.903

Consolidado

a) Composição dos saldos

			Controladora		
	Taxa de		30/09/2017		31/12/2016
	depreciação		Depreciação		
	a.a.% ¯	Custo	acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	331	(210)	121	146
Equipamentos de informática	20	1.008	(1.003)	5	32
1.1		1.339	(1.212)	126	178
			Consolidado		
	Taxa de		30/09/2017		31/12/2016
	depreciação	-	Depreciação		·
	a.a.% [°]	Custo	acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	3.286	(1.712)	1.574	1.825
Máquinas e equipamentos	10	18	` (8)	10	11
Equipamentos de informática	20	4.459	(4.362)	97	432
Benfeitorias em propriedades de			` ,		
terceiros	20	897	(548)	349	415
Instalações gerais	10	172	`(76)	96	109
, 0		8.832	(6.706)	2.126	2.792
Imobilizado em formação - UCN (i)		1.592.111	-	1.592.111	1.592.111
3, 1, 2, 1, 1, 1, 1, 1, 1, 1, 1, 1, 1, 1, 1, 1,		1.600.943	(6.706)	1.594.237	1.594.903
(')			` '		

(i) Imobilizado em formação - UCN

Os custos diretamente atribuíveis na construção da UCN estão sendo capitalizados na medida em que ocorrem. Tais custos são imprescindíveis para que este ativo seja capaz de operar da forma pretendida pela Administração.

Este montante é composto substancialmente pela transferência de tecnologia, oriunda do Acordo de Cooperação Técnica, que a OSX Construção Naval e a Hyundai Heavy Industries celebraram em 1º de fevereiro de 2010 e pelas obras civis relativas ao início da construção do Porto do Açu.

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

10. Imobilizado-Continuação

b) Movimentação do custo

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas (i)	Reclassificação	Variação cambial	Impairment (ii)	Saldo em 30/09/2017
Móveis e utensílios	3.287	-	-	-	-	-	3.287
Máquinas e equipamentos	17	-	-	-	-	-	17
Equipamentos de informática	4.616	-	(157)	-	-	-	4.459
Benfeitorias em propriedades de terceiros	897	-	-	-	-	-	897
Instalações gerais	172	-	-	-	-	-	172
Imobilizado em formação – UCN	1.592.111		-	-	-	-	1.592.111
	1.601.100	-	(157)	-	-	-	1.600.943

⁽i) As baixas referem-se à venda de mobiliário e equipamentos de informática

c) Componentização

Cada componente do ativo imobilizado, com custo significativo em relação ao custo total do bem, deve ser mensurado e depreciado separadamente, conforme CPC 27 e IAS 16 (*Property Plant and Equipment*). Os impactos da aplicação do conceito de componentização, sobre os principais ativos, estão descritos a seguir:

Em relação à UCN Açu, em formação, conforme descrito no item a.(i) - a Companhia concluiu que adotará a segregação por componentes somente quando os referidos ativos estiverem prontos para operar, ocasião em que receberá as informações detalhadas dos construtores.

d) Provisão para redução do valor recuperável de ativos - Impairment

No exercício findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia identificou os seguintes indicativos de impairment associados ao ativo abaixo:

Construção Naval

Conforme apresentado no dia 16 de maio de 2014 no Plano de Recuperação Judicial da OSX e de suas subsidiárias OSX Construção Naval S.A. - Em recuperação judicial e OSX Serviços S.A. - Em recuperação judicial, a Companhia está revendo seu plano de negócios relacionado ao desenvolvimento da UCN Açu, mantendo, contudo, suas atividades relacionadas à construção naval. O plano de negócios prevê a operação da unidade baseada, principalmente, na realização de parcerias com empresas da indústria de óleo e gás interessadas no seu estabelecimento naquela área.

⁽ii) O montante de variação cambial refere-se substancialmente à conversão dos ativos que estão contabilizados nas controladas no exterior, às quais têm suas moedas funcionais diferentes do Real.

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

10. Imobilizado—Continuação

d) <u>Provisão para redução do valor recuperável de ativos – Impairment</u>- continuação

Durante o exercício de 2016, a Companhia revisitou o modelo utilizado para o cálculo do valor recuperável do ativo imobilizado da OSX Construção Naval, e, após uma revisão das premissas adotadas, concluiu existir a necessidade de reverter parte das baixas efetuadas em montante de R\$21.674. A análise em questão foi pautada pelo método de fluxo de caixa descontado, como prevê a norma contábil, e leva em consideração para a composição do fluxo de caixa estimado o novo plano de negócios da empresa aprovado em sua assembleia geral de credores no final de 2014.

Tendo em vista o fato da empresa OSX Construção Naval estar em fase de implementação de um plano de recuperação judicial já aprovado e com grande parte de sua dívida reestruturada, a Companhia enxergou a existência de uma redução no risco de continuidade de seus negócios, o que se traduziu em uma maior valoração de seus fluxos de caixa futuros e consequentemente em uma maior estimativa de valor recuperável de seu ativo imobilizado. O valor presente do fluxo foi calculado com base em uma projeção que considera uma ocupação da área do Açu de 10% no primeiro ano, que progressivamente atingirá 100% em 5 anos e descontado à uma taxa que a administração entende ter sido apropriada.

Considerando o disposto no CPC nº 01 e o atual contexto de mercado no que tange a taxa de juros, risco Brasil e riscos sistêmicos econômicos e financeiros, o Conselho de Administração da Companhia deliberou pela revisão das premissas e índices utilizados no fluxo de caixa para cálculo do impairment no fechamento do exercídio de 2016.

11. Intangível - Consolidado

O intangível é composto por gastos com o desenvolvimento de *software* e com custo do pessoal alocado no Projeto de Implantação do Sistema SAP, e está de acordo com o estabelecido no CPC 04 e IAS 38 (*Intangible Assets*). Em 30 de setembro de 2017, o montante desse grupo de contas era de R\$ 1.530 (R\$ 3.626 em 31 de dezembro de 2016).

12. Adiantamentos diversos - Consolidado

Em 30 de setembro de 2017, os adiantamentos diversos eram compostos por R\$4.425 referentes a adiantamentos a fornecedores(R\$23.340 em 31 de dezembro de 2016).

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

13. Obrigações sociais e trabalhistas – Consolidado

Em 30 de setembro de 2017, as obrigações sociais e trabalhistas eram compostas por (i) R\$ 198 referentes a salários, encargos sobre folha de pagamento, rescisões contratuais a pagar e (ii) R\$207 referentes a provisão de férias e 13º salário, totalizando o montante de R\$405 (R\$ 531 em 31 de dezembro de 2016).

14. Fornecedores

	Contro	oladora	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Fornecedores concursais (i)	23.066	22.962	899.354	910.471
Fornecedores extraconcursais (ii)	10.315	10.821	20.273	17.978
Provisão de fornecedores extraconcursais (ii)	16.192	15.124	79.582	87.405
	49.573	48.907	999.209	1.015.854
	·			
Circulante	26.507	26.040	99.855	171.607
Não circulante	23.066	22.867	899.354	844.247

- (i) Estão associados aos valores a pagar listados no quadro de credores do plano de recuperação judicial aprovado na Assembleia de credores em 17 de dezembro de 2014. Dentre os principais fornecedores, destacamos: Acciona Infraestruturas S.A, AGF Engenharia e SPE Central de Utilidades Rio S.A. Em 30 de setembro de 2017, com base nas previsões do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia realizou a correção monetária pelo IPCA dos valores listados no Quadro Geral de Credores.
- (ii) Referem-se a valores a pagar e provisões de fornecedores nacionais e estrangeiros extraconcursais e às provisões ambientais relacionadas ao processo de licenciamento da UCN Açu. As provisões foram realizadas com base nas medições dos contratos com os fornecedores e as estimativas de custos ambientais. Os fornecedores que se encontram em atraso vêm sendo registrados com os devidos acréscimos de multa e juros conforme seus respectivos contratos.

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

15. Obrigações fiscais

As obrigações fiscais têm a seguinte composição:

	Contro	Consolidado		
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
IRRF	401	9	554	81
IRPJ	1.203	-	23.466	16.015
PIS/COFINS/CSLL Faturamento CP	320	233	37.829	30.045
PIS/COFINS/CSLL Faturamento LP	-	-	-	-
PIS/COFINS/CSLL Terceiros	602	468	5.527	5.490
ISS Faturamento	-	-	8.199	8.199
ISS Terceiros	37	17	1.854	1.834
INSS CP	10.312	9.509	46.821	43.397
INSS LP	-	-	-	-
IOF	484	500	3.330	2.563
CSLL	434	-	6.373	4.526
ICMS	-	-	793	505
Outros	31	3	521	169
	13.824	10.739	135.267	112.824
Circulante Não circulante	13.824	10.739	135.267 -	112.824

16. Empréstimos e financiamentos

A tabela abaixo apresenta os empréstimos e financiamentos da Companhia.

				Consolidado		
Instituições financeiras	Moeda	Tipo	Vencimento	30/09/2017	31/12/2016	
Votorantim BTG Pactual Caixa Econômica Federal/FMM	BRL BRL BRL	Concursal Extraconcursal Extraconcursal	08/01/2017 30/01/2020 14/06/2036	48.142 1.076.210	80 - 1.038.589	
Total de empréstimos e financiamentos				1.124.352	1.038.669	
(-) Custo de transação a apropriar Caixa Econômica/FMM				(15.652) (15.652)	(16.397)	
Total de empréstimos e financiamentos com custos de transação a apropriar				1.108.700	1.022.272	
Circulante concursais Não circulante extraconcursais				- 1.108.700	80 917.077	

Em 30 de janeiro de 2015, OSX Construção Naval S.A. – Em Recuperação Judicial e Banco BTG Pactual S.A., por meio de Contrato Para Prestação de Fiança, acordaram em emitir Carta de Fiança, com vencimento em 60 meses da emissão da Fiança, com objetivo de garantir o pagamento das obrigações assumidas pela companhia no Contrato de Financiamento 0385.755-63 relativo ao repasse do Fundo da Marinha Mercante.

Em 18 de dezembro de 2015 a OSX Construção Naval S.A. - Em Recuperação Judicial emitiu debêntures com as datas de emissão retroativas. Os débitos concursais com Votorantim, Santander e Prumo logística S.A foram convertidos em debêntures conforme previsto no plano de recuperação judicial, vide nota explicativa nº 17.

Em 27 de abril de 2012, a OSX Construção Naval recebeu R\$400 milhões em uma linha de empréstimo-ponte junto à Caixa Econômica Federal destinada à implantação da UCN Açu.

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

16. Empréstimos e financiamentos - Continuação

O prazo de pagamento era de 18 meses, com vencimento previsto contratualmente em 19 de outubro de 2013, sendo principal e juros pagos ao final do período ou com recursos dos primeiros desembolsos do empréstimo de longo prazo do FMM - Fundo da Marinha Mercante, para o qual a UCN Açu recebeu prioridade de financiamento em junho de 2011.

A Caixa Econômica Federal aprovou a extensão do vencimento para 19 de outubro de 2014 e o contrato de garantia desse empréstimo, firmado com o Banco Santander S.A. ("Santander"), também foi aditado pelo mesmo prazo. No dia 17 de dezembro de 2014, a OSX Construção Naval teve o seu Plano de Recuperação Judicial aprovado em Assembleia Geral de Credores, sendo a aprovação homologada em 19 de dezembro de 2014. Com a aprovação do plano, a dívida que a OSX Construção Naval possuía junto à Caixa Econômica Federal, garantida pelo Banco Santander S.A., passou a ser regida pelos termos previstos no Plano de Recuperação Judicial.

Em 28 de dezembro de 2012, foi repassado pela Caixa Econômica Federal o montante de R\$627,4 milhões, indexado ao dólar a taxa média de 3,45% ao ano, carência de 36 meses, 216 amortizações e vencimento em junho de 2033 referente ao primeiro desembolso do financiamento do Fundo da Marinha Mercante. O acionista controlador da OSX é avalista deste empréstimo, conforme descrito na Nota Explicativa nº 18 - Partes relacionadas, item 18.3 (v). A Caixa Econômica Federal também possui como garantias ações, ativos e o direito de exploração do terreno localizado no porto do Açu. Em 30 de janeiro de 2015, foi celebrado entre a OSX Construção Naval e a Caixa Econômica Federal o primeiro aditamento ao contrato de financiamento com repasse de recursos de FMM que previu a mudança do indexador da dívida de dólar para TJLP e novos prazos de carência, 24 meses a contar do dia 19 de dezembro de 2014, e amortização, 240 meses a contar do final do período de carência.

17. Debêntures

Em 18 de dezembro de 2015 a OSX Construção Naval S.A. - Em Recuperação Judicial emitiu debêntures com as datas de emissão retroativas conforme quadro abaixo. Os débitos concursais com Votorantim, Santander e Prumo logística S.A foram convertidos em debêntures conforme previsto no plano de recuperação judicial. Em 30/09/2017 a companhia apresenta os seguintes saldos:

		Consolidado		
	Data de emissão	Taxa de juros (a.a.)	30/09/2017	31/12/2016
Série		, ,		
1ª Série (i)	15/01/2016	CDI + 2,00%	22.618	20.626
2ª Série (ií)	08/01/2015	CDI	1.460.972	1.352.161
3ª Série (iii)	15/01/2016	CDI + 2,00%	13.807	12.592
4ª Série (iv)	08/01/2015	CDI	1.007.174	932.162
5ª Série (v)	15/01/2016	CDI + 2,00%	2.732	2.492
6ª Série (ví)	11/11/2013	CDI + 1,80% / CDI	38.472	35.692
Total não circulante		_	2.545.775	2.355.725

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

17. Debêntures - Continuação

- (i) Debentures subscritas pelos bancos Votorantim e Santander com novos recursos (DIP);
- (ii) Debentures subscritas pelos bancos Votorantim e Santander com créditos concursais.
- (iii) Debentures subscritas pela Prumo Logistica S.A. com novos recursos (DIP).
- (iv) Debentures subscritas pela Prumo Logistica S.A. com créditos concursais / extraconcursais.

A OSX Construção Naval e a Prumo Logística, celebraram através de um acordo assinado em 31 de outubro de 2011 os termos ajustados entre as partes quanto à instalação da UCN Açu. O mencionado acordo consolida entendimentos quanto à cessão onerosa, pela Prumo Logística à OSX, da área de implantação da UCN Açu, além de fixar parâmetros quanto à realização de benfeitorias e obras de "customização" no local, incluindo a implantação de um canal de acesso marítimo em área situada no entorno daquela onde será instalada a UCN. Nesse contexto, cabia à OSX Construção Naval o pagamento de contraprestação fixa à Prumo Logística, na época, relativa à cessão onerosa de direito de uso da área da UCN, no valor equivalente, em reais, a USD5,00 (cinco dólares norte-americanos) por metro quadrado por ano, pelo prazo de 40 anos, renováveis por mais 40 anos. Além disso, a OSX Construção Naval participaria em (i) investimentos relativos à obra do Canal; (ii) despesas de infraestrutura do Complexo, calculadas de acordo com o seu aproveitamento; e (iii) rateio das despesas de manutenção da infraestrutura do Complexo.

Em dezembro de 2015, todo o crédito da Prumo foi convertido nas debêntures acima referidas. Dessa forma, todo o crédito, incluindo os créditos pré-concursais, vem sendo atualizado nos termos das debêntures a partir de 8 de janeiro de 2015. Entretanto, em razão da manifestação do Administrador Judicial da Companhia, o qual questionou o lastro contábil para formação da divida (4ª série das debentures) e suportado por decisão em Assembléia Geral Ordinaria que ressalvou o montante da divida, a Companhia solicitará uma pericia contábil, cujos resultados serão divulgados oportunamente.

- (v) Debentures subscritas pelo banco Santander com novos recursos (DIP).
- (vi) Debentures subscritas pelo banco Santander com créditos concursais.

As Debentures 1ª Série, 3ª Série e 5ª Série foram emitidas com prazo de 10 anos renováveis pelo mesmo período. As Debentures 2ª Série, 4ª Série e 6ª Série foram emitidas com prazo de 20 anos renováveis pelo mesmo período.

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

18. Partes relacionadas

18.1 Controladora e Consolidado

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2017, relativos a operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são decorrentes de transações da Companhia com empresas controladas e ligadas, conforme se descreve a seguir:

O controle da Companhia é exercido pela Centennial Asset Mining Fund LLC ("CAMF") e por Eike Fuhrken Batista, que, conjuntamente, detêm aproximadamente 66,02% das ações ordinárias. A CAMF é controlada por Eike Fuhrken Batista. A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, de acordo com as atribuições e poderes conferidos pelo seu Estatuto Social à luz da legislação societária.

a) Empresas ligadas

A Companhia possui como principais empresas ligadas, com as quais mantém alguma transação: EBX Investimentos Ltda., EBX Holding Ltda. (em conjunto "EBX"), Óleo e Gás Participações S.A. ("OGpar", antiga OGX Petróleo e Gás Participações Ltda. - "OGX"), AVX Táxi Aéreo Ltda. ("AVX"), Eneva Participações ("Eneva"), OSX Construção Naval, OSX Serviços, SIX Automação S.A. ("SIX").

	Controladora						
Contas a	a receber	Contas a pagar		Resultado			
30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	30/09/2016		
_	_	(51.665)	(31 386)	_	_		
_	-	` ,		-	-		
-	-	(15.793)	(15.945)	-	-		
71.875	69.702	(17.377)	(15.757)	-	(131)		
17.987	15.813	(88.079)	(83.344)	-	(1.416)		
5	2	(4.018)	(1.599)	-	(46)		
-	-	(303)	(303)	-	-		
-	-	(58.818)	(58.818)	(1.454)	(948)		
-	-	(438)	(438)	-	-		
-	-	(11.050)	(11.050)	-	-		
1.216	1.122	-	-	-	23		
	-		-	(251)			
91.083	86.639	(267.526)	(258.780)	(1.705)	(2.518)		
	30/09/2017 - - - 71.875 17.987 - - - - 1.216	71.875 69.702 17.987 15.813 5 2 1.216 1.122	Contas a receber Contas 30/09/2017 31/12/2016 30/09/2017 - - (51.665) - - (19.985) - - (15.793) 71.875 69.702 (17.377) 17.987 15.813 (88.079) 5 2 (4.018) - - (303) - - (58.818) - - (438) 1.216 1.122 -	Contas a receber Contas a pagar 30/09/2017 31/12/2016 30/09/2017 31/12/2016 - - (51.665) (31.386) - - (19.985) (40.140) - - (15.793) (15.945) 71.875 69.702 (17.377) (15.757) 17.987 15.813 (88.079) (83.344) - 2 (4.018) (1.599) - - (303) (303) - - (58.818) (58.818) - - (438) (438) - - (11.050) (11.050) 1.216 1.122 - -	Contas a receber Contas a pagar Resultation 30/09/2017 31/12/2016 30/09/2017 31/12/2016 30/09/2017 - - (51.665) (31.386) - - - (19.985) (40.140) - - - (15.793) (15.945) - 71.875 69.702 (17.377) (15.757) - 17.987 15.813 (88.079) (83.344) - - - (303) (303) - - - (303) (303) - - - (58.818) (58.818) (1.454) - - (438) (438) - - - (11.050) (11.050) - - - - (251)		

	30/09/2017	31/12/2016
Contas a receber não circulante	91.083	86.639
Contas a pagar circulante	(257.516)	(248.770)
Contas a pagar não circulante	`(10.010)	(10.010)

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

18. Partes relacionadas - Continuação

18.1 Controladora e Consolidado

a) Empresas ligadas - Continuação

			Consoli	idado		
	Contas a	a receber		a pagar/ amento entes	Resu	Itado
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	30/09/2016
Centennial	-	-	(51.665)	(31.286)	-	-
Eike Batista	-	-	(19.985)	(40.140)	-	-
EBX (i)	-	-	(11.050)	(11.707)	-	-
AVX (iv)	-	-	(303)	(303)	-	4.290
OSX Procurement (viii)	-	-	(3.108)	(3.108)	-	-
Instituto EBX	-	-	(438)	(438)	-	-
SIX Soluções (vii)	-	-	(15.793)	(15.945)	-	-
OSX Leasing Group	-	-	(63.520)	(63.520)	-	-
OSX1 Leasing B.V.	-	-	(4.375)	(1.172)	-	-
LLX Açu Oper. Port. SA		<u> </u>	(2.455)	<u> </u>		<u> </u>
		-	(172.692)	(167.619)		4.290

	30/09/2017	31/12/2016
Contas a receber não circulante	_	_
Contas a pagar circulante	(151.147)	(157.409)
Contas a pagar não circulante	(21.545)	(10.210)

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2017, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com suas controladoras diretas e indiretas e com empresas ligadas para os respectivos tipos de operações conforme descrito abaixo:

- (i) Refere-se ao contrato de compartilhamento de recursos e serviços administrativos firmados entre a OSX Brasil e suas controladas, a EBX Investimentos Ltda. e a EBX Holding Ltda., por meio do qual estas empresas executavam serviços de administração de caixa e administração financeira, serviços legais, seguros e auditorias internas, governança corporativa, comunicação, compras e recursos humanos, entre outros. Mensalmente a EBX realizava a medição e calculava o valor das atividades sujeitas aos custos compartilhados efetivamente utilizados pela Companhia, com base em timesheet efetuando cobrança por meio de notas de negociação. Esse contrato foi extinto no ínicio de 2015.
- (ii) Refere-se a contas a receber que a OSX Brasil tem com a OSX Serviços, referente aos rateios de custos, conforme contrato de acordo de custos administrativos compartilhados.
- (iv) Refere-se a serviços prestados pela AVX relativos à utilização de táxi aéreo.
- (V) Refere-se a um saldo de contas a pagar que OSX Brasil detinha com a Eneva , relativo aos serviços prestados pela DEIP - Diretoria de Engenharia de Implantação de Projetos.

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

18.1. Controladora e Consolidado - Continuação

a) Empresas ligadas

- (vi) Refere-se aos montantes de contas a receber, adiantamento de clientes, receitas e despesas com a cliente OGpar, provenientes dos contratos de Afretamento e de Serviços de O&M, que a Companhia detém com a mesma.
- (vii) Refere-se ao saldo de contas a pagar que OSX Construção Naval possui com a SIX, relativo aos serviços prestados de integração, implementação e suporte de software.
- (viii) Refere-se ao pagamento que a OSX Construção Naval efetuou como contraprestação fixa à Prumo Logística, relativa à cessão onerosa de direito de uso da área da UCN e ao acordo de compartilhamento de custos administrativos firmado entre as companhias. Em 2015 o saldo referente a Prumo Logística foi convertido em debêntures, conforme nota explicativa 17.

18.2 Demais operações com partes relacionadas

Em março de 2010, os acionistas controladores da Companhia celebraram, com a OSX Brasil, o Instrumento Particular de Outorga de Opção de Subscrição de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Opção"), pelo qual concederam à OSX Brasil, em caráter irrevogável e irretratável, uma opção para que, a partir de 24 de março de 2010 e até 23 de março de 2013, a OSX Brasil pudesse exigir que tais acionistas controladores subscrevessem novas ações até o limite máximo de USD1,0 bilhão, ao preço por ação equivalente ao praticado na oferta pública inicial de ações da OSX Brasil, corrigido conforme a variação do IGP-M, por meio de aumento de capital privado a ser realizado em conformidade com os artigos 170 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações. A opção poderia ser exercida na hipótese de se verificar a necessidade de capital adicional pela OSX Brasil para a realização de seu plano de negócios e a ausência de alternativas para tal captação junto aos mercados.

Em outubro de 2012, o Conselho de Administração autorizou o aditamento ao Contrato de Opção, de modo a prorrogar por mais um ano (até 23 de março de 2014) o direito outorgado à Companhia de exercer o saldo do valor da Opção, que, na época, somava USD500 milhões adicionais. A opção foi parcialmente exercida, em outubro de 2012, e nos meses de janeiro e maio de 2013, conforme descrita na Nota Explicativa nº 22.

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

18.Partes relacionadas—Continuação

18.2 Demais operações com partes relacionadas - Continuação

18.2.1. <u>Mútuos Controladora</u>

Mútuo - Ativo					
Mutuante	Mutuária	Valor	Moeda	Valor (em R\$)	Taxa de juros
OSX Brasil	OSX Serviços Gerais	3	BRL	3	101% do CDI
OSX Brasil	OSX Construção Naval	2	BRL	2	101% do CDI
OSX Brasil	OSX GMBH ³	307	USD	972	101% do CDI
Total				977	
	ı	Mutuo – Pass	ivo		
Mutuária	Mutuante	Valor	Moeda	Valor (em R\$)	Taxa de juros
OSX Brasil	OSX Leasing BV	18.047	USD	58.818	Libor + 2,90% a.a
OSX Brasil	OSX Serviços Operacionais	88.079	BRL	88.079	101% do CDI
OSX Brasil	Centennial	51.665	BRL	51.665	101% do CDI
OSX Brasil	OSX Serviços Gerais	3.380	BRL	4.019	101% do CDI
OSX Brasil	SIX Soluções	15.794	BRL	15.794	101% do CDI
OSX Brasil	OSX Procurement	19	BRL	19	101% do CDI
OSX Brasil	Eike Batista	19.725	BRL	19.725	101% do CDI
OSX Brasil	OSX Construção Naval	17.377	BRL	17.377	101% do CDI
Total				255.496	

18.2.2 <u>Mútuos mantidos entre empresas incluídas na consolidação</u>

Todas as operações abaixo referem-se a mútuos entre partes relacionadas e são totalmente eliminadas para fins das Demonstrações financeiras consolidadas.

Mútuo - Ativo

Mutuante	Mutuária	Valor	Moeda	Valor (em R\$)	Taxa de juros
OSX Naval	OSX Serviços Operacionais	10.002	BRL	10.002	101% do CDI
OSX Naval	OSX Brasil	17.377	BRL	17.377	101% do CDI
OSX Naval	OSX Serviços Gerais	3.814	BRL	3.814	101% do CDI
OSX S.Gerais	OSX Brasil	4.019	BRL	4.019	101% do CDI
OSX S.Gerais	OSX Serviços Operacionais	68	BRL	68	101% do CDI
OSX Brasil	OSX Serviços Gerais	3	BRL	3	101% do CDI
OSX Brasil	OSX Construção Naval	2	BRL	2	101% do CDI
OSX Brasil	OSX Gmbh	306	USD	972	101% do CDI
OSX Serviços Operacionais	OSX Brasil	88.079	BRL	88.079	101% do CDI
OSX Gmbh	OSX Ásia	5	USD	17	
				124.353	
		Mútuo - Passiv	10		
Mutuária	Mutuante	Valor	Moeda	Valor (em R\$)	Taxa de juros
00V P!!	000 0 1 0 11-	00.070	DDI	00.070	4040/ de ODI
OSX Brasil	OSX Serviços Operacionais OSX Naval	88.079	BRL	88.079	101% do CDI
OSX Brasil		17.377	BRL	17.377	101% do CDI
OSX Brasil	OSX S.Gerais	4.019	BRL	4.019	101% do CDI
OSX Serviços Gerais	OSX Brasil	3	BRL	3	101% do CDI
OSX Construção Naval	OSX Brasil	2	BRL	2	101% do CDI
OSX S.Gerais	OSX Naval	3.814	BRL	3.814	101% do CDI
OSX Serviços Operacionais	OSX S.Gerais	68	BRL	68	101% do CDI
OSX Serviços Operacionais	OSX Construção Naval	10.002	BRL	10.002	101% do CDI
OSX Gmbh	OSX Brasil	306	USD	972	101% do CDI
OSX Ásia	OCV Cmbb	5	USD	17	
USA ASIA	OSX Gmbh	3	030	124.353	

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

18.Partes relacionadas—Continuação

18.3 Garantias

- i. Garantia Bancária, prestada pela OSX Construção Naval, emitida pelo Banco BTG Pactual à Caixa Econômica Federal no montante de R\$159 milhões, em decorrência do primeiro desembolso do financiamento do Fundo da Marinha Mercante. A OSX Brasil está vinculada como devedora solidária da OSX Construção Naval.
- ii. Carta de Fiança, prestada pela OSX Construção Naval, emitida pelo Sr. Eike Fuhrken Batista à Caixa Econômica Federal, em decorrência do primeiro desembolso do financiamento do Fundo da Marinha Mercante no montante da totalidade da dívida.

18.4 Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

18.5 Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria - Continuação

Desta forma, os montantes referentes à remuneração anual da Diretoria, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração estão apresentados abaixo:

	30/09/2017	31/12/2016
Remuneração Diretoria (*)	770	2.126
Honorários do Conselho Fiscal (**) Honorários do Conselho de Administração	- 405	68 598
•	1.175	2.792

^(*) Considera o total de remunerações, benefícios e INSS pago pela empresa

^(**) O Conselho Fiscal esteve em funcionamento de 20 de outubro de 2015 até 09 de maio de 2016.

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

19. Provisão para contingências

a) Contingências prováveis

A Companhia e suas controladas são objeto de ações trabalhistas decorrentes do curso normal de suas operações, cujas perdas são avaliadas como provável, como segue:

	Consc	Consolidado 30/09/2017 31/12/2016		
	30/09/2017	31/12/2016		
Ambientais (i)	28.240	28.240		
Trabalhistas	3.453	2.935		
	31.693	31.175		

(i) As causas ambierntais estão relacionadas ao processo de licenciamento da UCN Açu.

b) Contingências possíveis

A Companhia e suas controladas são objeto de ações tributárias, cíveis e trabalhistas decorrentes do curso normal das operações, cujas perdas são avaliadas como possíveis, como segue:

	Conso	Consolidado 30/09/2017 31/12/2016		
	30/09/2017	31/12/2016		
Tributárias/Cíveis Trabalhistas	123.358 29.587	201.145 6.020		
	152.945	207.165		

As causas cíveis estão representadas substancialmente por ações indenizatórias, relacionadas, em maior parte, a impugnações de credito no processo de recuperação judicial.

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

20. Patrimônio líquido (Controladora)

a) Capital social

No dia 17 de outubro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o exercício, no valor de USD500 milhões, da opção de subscrição de ações ("Put" ou "Opção") outorgada à Companhia pelo acionista controlador, nos termos do respectivo contrato datado de 16 de março de 2010 (o "Contrato de Opção"), com o objetivo de dotar a Companhia de capital social adicional para a execução e implementação do seu plano de negócios.

Com base nessa aprovação, em 23 de outubro de 2012, o Conselho da Administração da Companhia aprovou o primeiro aumento de capital no valor de USD250 milhões, equivalentes em reais a R\$508.775mil, dentro do limite do seu capital autorizado, mediante a emissão de 12.919.630 (doze milhões, novecentas e dezenove mil e seiscentas e trinta) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, conferindo aos seus titulares os mesmos direitos e obrigações garantidos pelas ações ordinárias já existentes. A homologação desse aumento de capital foi aprovada em reunião do Conselho de Administração de 18 de dezembro de 2012.

Em 31 de janeiro de 2013, o Conselho da Administração da Companhia aprovou o segundo aumento de capital no valor de USD250 milhões equivalentes a R\$508.775mil, dentro do limite do seu capital autorizado, com emissão de 12.796.152 (doze milhões, setecentas e noventa e seis mil e cento e cinquenta e duas) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, conferindo aos seus titulares os mesmo direitos e obrigações garantidos pelas ações já existentes. Tal aumento de capital foi homologado em reunião do Conselho de Administração de 28 de março de 2013.

Em 22 de maio de 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o exercício da opção de subscrição de ações outorgada pelo acionista controlador no valor de USD120 milhões, nos termos do Contrato de Opção, com o objetivo de aportar recursos adicionais à Companhia para a execução e implementação do seu plano de negócios. Este montante é equivalente a R\$243.048 mil, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão de 6.055.008 (seis milhões, cinquenta e cinco mil e oito) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, conferindo aos seus titulares os mesmos direitos e obrigações garantidos pelas ações ordinárias já existentes. Esta homologação foi aprovada em reunião do Conselho de Administração de 24 de julho de 2013.

Em 09 de maio de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o grupamento das 312.563.568 (trezentos e doze milhões, quinhentos e sessenta e três mil e quinhentos e sessenta e oito) ações ordinárias da Companhia, à razão de 100:1 (cem ações para uma ação), de forma que cada lote de 100 (cem) ações ordinárias seja grupada em uma única ação ordinária, passando o capital social da Companhia a ser dividido em 3.125.635 (três milhões, cento e vinte e cinco mil, seiscentas e trinta e cinco) ações, todas ordinárias e sem alteração dos direitos a elas inerentes e sem

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

20. Patrimônio líquido (Controladora) - Continuação

a) Capital social - Continuação

alteração do atual capital social da Companhia. Na mesma data, o Conselho da Administração, aprovou o aumento do capital da Companhia, decorrentes da capitalização de créditos de AFAC no valor de R\$110.595 mil (cento e dez milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e noventa e três centavos) com a emissão de 22.403 (vinte e duas mil, quatrocentas e três) novas ações ordinárias da Companhia (já refletido o grupamento), a serem todas subscritas pelo acionista controlador, sem efeito caixa para fins das demonstrações do fluxo de caixa.

Desde a alienação de 529.791 (quinhentas e vinte e nove mil, setecentas e noventa e uma) ações ordinárias de emissão da OSX, representativas de 16,82% (dezesseis vírgula oitenta e três por cento) do capital social da Companhia detidas pela Centennial Asset Mining Fund LLC ("CAMF"), veículo de Investimento do Sr. Eike Batista na Companhia, para a 9 West Finance S.à.r.l., uma das afiliadas da Mubadala Development Company ("Mubadala"), o Sr. Eike Batista passou a deter (direta e indiretamente) 49,42% do total das ações ordinárias de emissão da Companhia ("Transferência de Participação Acionária Relevante").

Dessa forma, em 30 de setembro de 2017, o capital social da Companhia estava dividido em 3.148.038 (três milhões, cento e quarenta e oito mil e trinta e oito) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o total do capital social da Companhia é de R\$ 3.148.038.

A composição acionária está assim representada:

Composição acionária		30/09/2017				
Acionistas	Ordinárias	%	Total	%		
Centennial Asset Mining Fund LLC.	1.163.260	36,95	1.163.260	36,95		
9 West Finance S.a.r.l.	529.791	16,84	529.791	16,84		
Eike Fuhrken Batista	392.612	12,47	392.612	12,47		
Free Float	1.062.375	33,74	1.062.375	33,74		
Total	3.148.038	100,00	3.148.038	100,00		

Composição acionária		31/12/2016					
Acionistas	Ordinárias	%	Total	%			
Centennial Asset Mining Fund LLC.	1.693.051	53,78	1.693.051	53,78			
Eike Fuhrken Batista	392.784	12,48	392.784	12,48			
Free Float	1.062.203	33,74	1.062.203	33,74			
Total	3.148.038	100,00	3.148.038	100,00			

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

20. Patrimônio líquido (Controladora) - Continuação

b) Custo na emissão de ações

A Companhia não detém ações preferenciais nem ações em tesouraria.

c) Custo na emissão de ações

Os custos de distribuição da Oferta Pública de Ações estão registrados em conta retificadora do Patrimônio Líquido, em conformidade com o CPC 08 e IAS 39 (*Financial* Instruments: Recognition and Measurement). Estes custos se referem à comissão e a serviços de registro e listagem da oferta, advogados, auditores, publicidade e outros.

d) Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 0,001% do lucro líquido de cada período, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976 (redação alterada pela Lei nº 10.303/2001). A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado ao dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/1995.

e) Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

Em 09 de maio de 2016, a Assembleia Geral Ordinária aprovou o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$110.595 mil (cento e dez milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e noventa e três centavos) com a emissão de 2.240.276 novas ações ordinárias da Companhia, mediante a capitalização pelo acionista controlador, de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC"), observado o exercício do direito de preferência pelos demais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 171 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."). Aprovou também a alteração do art. 5º do Estatuto Social da Companhia, de forma a refletir o grupamento de ações da Companhia, sem efeito caixa para fins das demonstrações dos fluxos de caixa.

e) Ajustes de conversão de moeda estrangeira

Representados pelo registro contábil da variação cambial da controlada OSX GmbH, em atendimento ao CPC 02 e IAS 21 (*The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates*).

f) Diluição de participação de acionistas não controladores

Em 04 de março de 2015, a OSX Brasil S.A.- Em recuperação judicial, subscreveu e integralizou na OSX Construção Naval S.A- Em recuperação judicial, mediante emissão de 44.714.398.527 (quarenta e quatro bilhões, setecentas e quatorze milhões, trezentas e noventa e oito mil, quinhentas e vinte e sete) ações ordinárias, ao preço de R\$0,01 (um centavo) por ação, perfazendo um aumento num montante de R\$447.143 que foi

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

20. Patrimônio líquido (Controladora) -- Continuação

f) <u>Diluição de participação de acionistas não controladores -- Continuação</u>

totalmente subscrito e integralizado em 04 de março de 2015, mediante a capitalização dos créditos detidos contra a Companhia decorrentes dos mútuos e adiantamentos para futuros aumentos de capitais cedidos à Companhia entre novembro de 2012 e janeiro de 2015, passando o capital social da Companhia de R\$897.194 para R\$1.344.338. Com a integralização, a OSX Brasil passou a deter 93,33% de participação societária na OSX Construção Naval, diluindo os acionistas não controladores que passaram de 10% para 6,67% de participação societária.

21. Prejuízo por ação

Os resultados por ação, básico e diluído, foram calculados com base no resultado do período, atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, em 30 de setembro de 2017, e na respectiva quantidade média de ações em circulação neste exercício, comparativamente ao exercício de 31 de dezembro 2016, conforme o quadro abaixo:

			Controladora	e Consolidado		
		30/09/2017			31/12/2016	
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador Resultado atribuível aos acionistas	(313.912)	-	(313.912)	(1.402.945)	-	(1.402.945)
Denominador Média ponderada de ações	3.148.038	-	3.148.038	3.148.038	-	3.148.038
Resultado por ação (em R\$) - básico	(99,72)	-	(99,72)	(0,4457)	-	(0,4457)

22. Opção de compra de ações

As opções de ações da Companhia têm a seguinte composição:

Opção de ações outorgadas - patrimônio líquido Outorgadas pela Companhia Outorgadas pelo Controlador Outorgadas pelo Controlador Outorgadas pelo Controlador 45.359 Outorgadas pelo Controlador a executivos oriundos de outras empresas do Grupo 804 804 116.511 116.511		Controladora	e Consolidado
Outorgadas pela Companhia 70.348 Outorgadas pelo Controlador 45.359 Outorgadas pelo Controlador a executivos oriundos de outras empresas do Grupo 804 804		30/09/2017	31/12/2016
	Outorgadas pela Companhia Outorgadas pelo Controlador Outorgadas pelo Controlador a executivos oriundos de outras	45.359 804	45.359 804

Referem-se aos efeitos das opções de ações outorgadas pela Companhia e pelo acionista controlador. Não haverão novas outorgas.

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

23. Receita operacional

A conciliação entre a receita bruta para fins fiscais e a receita apresentada na demonstração de resultado do período é realizada da seguinte forma:

	Consc	Consolidado 30/09/2017 30/09/2016 8.329 20		
	30/09/2017	30/09/2016		
Receita bruta fiscal	8.329	20		
(-) Impostos sobre serviços prestados	(358)	(2)		
	7.971	18		

24. Despesas por natureza

	Contro	oladora	Consolidado	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Depreciação e amortização Despesas com pessoal	1.970	1.990 1.085	2.755 2.662	2.967 6.651
Serviços contratados	3	104	30.577	32.862
Despesas de viagem	-	-	16	134
Despesas de aluguéis	-	-	-	27.030
Despesas com seguro	-	-	620	2.325
Constituição de provisões	38	19	(8.764)	19
Outras receitas e despesas	58	256	10.231	129.706
	2.069	3.454	38.097	201.694
Custo Despesa	2.069	- 3.454	- 38.097	5.800 195.894

25. Outras despesas e receitas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
(Provisão)/reversão para redução do valor recuperável de ativos (i) Baixa de ativos Reversão de juros (ii) Provisão crédito liquidação duvidosa (iii) Baixa Estoques Serviços Disponibilidade técnica (iv) Diluição de participação acionista minoritários Perdas relacionadas a mútuo não recebíveis Outros	- 8 - - - - - 35	(2) - - (1.728) - (412.402) 1.299.288	(2.145) 21 - - (9) - 35	26.914 459 (41) - (1.728) - 1.299.285 (1.036.440)
	43	885.156	(2.098)	288.449

⁽i) Montante equivalente aos ajustes de reversão de impairment efetuados para adequação ao valor recuperável dos ativos do Grupo OSX..

⁽ii) Reversão de juros de empréstimos.

⁽iii) Constituição de PCLD conforme acordo com a OGPar para o contrato de afretamento do FPSO OSX-3.

⁽iv) Disponibilidade de mão de obra técnica da OSX Construção Naval e OSX Serviços Operacionais.

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Despesas financeiras				
Juros passivos	(6.644)	(11.480)	(282.763)	(210.139)
IOF	(141)	(1.215)	(281)	(1.314)
Amortização custo de transação empréstimo	-	-	(745)	-
Outras despesas financeiras	(17)	(2)	(14)	(73)
Outros	(58)	(68)	(70)	(235.461)
	(6.859)	(12.765)	(283.874)	(446.987)
Receitas financeiras		(/		
Rendimento de aplicação				
financeira	1	6	11	410
Juros ativos	92	39.583	-	46.834
Rendimento IR e CS	-	-	-	-
Outros	1.863	2.499	2.229	2.950
	1.956	42.088	2.240	50.194
Variação cambial líquida	(18.291)	11.786	(18.546)	(3.356)
Resultado financeiro, líquido	(23.194)	41.109	(300.180)	(400.149)

27. Informações por segmentos

Para fins de gestão do negócio, a Companhia é dividida em unidades de negócios, que foram segregados em função de suas operações: Construção Naval, Afretamento de Unidades de Exploração e Produção (E&P) e Prestação de Serviços de Operação e Manutenção (O&M).

Construção naval

O foco original da Construção Naval (UCN) era a construção, montagem e integração de Unidades de E&P, tais como plataformas de produção fixas e flutuantes e sondas de perfuração, com ênfase em eficiência operacional e tecnologia de ponta. Atualmente dedicase a aluguel da área do Porto do Açu para clientes.

Afretamento

Esta unidade de negócios foi concebida para o afretamento de Unidades de E&P, as quais seriam fretadas a empresas do setor de petróleo e gás natural, por meio de contratos de afretamento de longo prazo.

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

27. Informações por segmentos -- Continuação

Prestação de serviços de O&M

Além de construir e fretar as unidades, a Companhia pretendia operá-las de maneira a oferecer uma solução completa aos seus clientes.

Não houve agrupamento de segmentos na formação dos segmentos mencionados acima.

A Administração monitora os resultados das unidades de negócios separadamente, com a finalidade de tomar decisões individualizadas sobre alocação de recursos e avaliação de desempenho.

i) Demonstração de resultado por segmentos

Demonstração do resultado por segmento (período de nove meses findo em 30/09/2017)	Construção naval	Fretamento	Serviços de O&M	Corporativo	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receita de venda de bens e/ou serviços						
Com terceiros	7.971	-	-	-	-	7.971
Inter-segmento	-	-	-	-	-	-
	7.971	-	-	-	-	7.971
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	-	-	-	-	-	-
Resultado bruto	7.971	-	-	-	-	7.971
Receitas (despesas) operacionais						
Administrativas e gerais	(23.948)	(29)	(12.051)	(2.068)	-	(38.097)
Despesas com opção de ações outorgadas	-	-	-	-	-	-
Gastos com implantação	-	-	-			-
Outras despesas operacionais	(2.131)	(8.207)	(10)	42	8.207	(2.098)
	(26.081)	(8.236)	(12.061)	(2.026)	8.207	(40.230)
Resultado de equivalência patrimonial	(482)	-	-	(288.692)	288.692	(482)
	(482)			(288.692)	288.692	(482)
Resultado antes do resultado financeiro e dos						
tributos	(18.592)	(8.236)	(12.061)	(290.717)	296.864	(32.742)
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	158	3	5.082	1.956	(4.958)	2.241
Despesas financeiras	(265.894)	(103)	(15.977)	(6.859)	4958	(283.874)
Variação cambial, líquida	(431)	(41)	3	(18.291)	215	(18.546)
	(266.167)	(141)	(10.892)	(23.194)	215	(300.147)
Resultado de ativo destinado para venda	-	-	-	-	-	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(284.759)	(8.377)	(22.953)	(313.912)	297.113	(332.888)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(21)	-	-	(21)
Lucro (prejuízo) do período	(284.759)	(8.377)	(22.974)	(313.912)	297.113	(332.909)
Outras divulgações						
Depreciação e amortização	(743)	(0)	(42)	(1.970)	-	(2.755)

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

27. Informações por segmentos-Continuação

Prestação de serviços de O&M--Continuação

i) <u>Demonstração de resultado por segmentos</u>--Continuação

Demonstração do resultado por segmento (período de nove meses findo em 30/09/2016)	Construção naval	Fretamento	Serviços de O&M	Corporativo	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receita de venda de bens e/ou serviços						
Com terceiros	-	-	-	-	-	-
Inter-segmento		<u> </u>		<u> </u>		
	_	-	-	-	-	
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	-	-	(4.486)	-	-	(4.486)
	-	-	-	-	-	-
Resultado bruto			(4.486)			(4.486)
Receitas (despesas) operacionais	-	-	(4.400)	-	-	(4.400)
Administrativas e gerais	(142.702)	(181)	(13.742)	(2.777)	-	(159.402)
Despesas com opção de ações outorgadas	-	-	-	-	-	-
Gastos com implantação Outras despesas operacionais	70.554	(740.300)	- (17.431)	(160.652)	-	(847.829)
Outras despesas operacionais	(72.148)	(740.481)	(31.173)	(163.429)	<u>-</u>	(1.007.231)
	(12.1.10)	(1.101.101)	(011110)	(100.120)		(1.007.201)
Resultado de equivalência patrimonial	(31.015)	-	-	(1.040.335)	1.040.335	(31.015)
Resultado antes do resultado financeiro e dos	(31.015)	-	-	(1.040.335)	1.040.335	(31.015)
tributos	(103.163)	(740.481)	(35.659)	(1.203.764)	1.040.335	(1.042.732)
a located	(1001100)	(1.101.101)	(66.666)	(1.200.701)		(1.0 12.1 02)
Resultado financeiro						
Receitas financeiras Despesas financeiras	481 (167,268)	(226)	4.826 (11.004)	27.190	-	32.497 (186.258)
Variação cambial, líquida	(6.072)	(226)	(11.004)	(7.760) 12.449	-	6.218
vanagao cambiai, iiqaiaa	(172.861)	(385)	(6.177)	31.879	-	(147.543)
	,	, ,	, ,			, ,
Resultado de ativo destinado para venda	-	-	-	-	-	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(267.022)	(740.866)	(41.837)	(1.171.885)	1.040.335	(1.190.275)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(21)	-	-	(21)
Lucro (prejuízo) do período	(267.022)	(740.866)	(41.858)	(1.171.885)	1.040.335	(1.190.296)
Outras divulgações						
Depreciação e amortização	(509)	(4)	(48)	(1.329)	-	(1.890)

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

27. Informações por segmentos-Continuação

Prestação de serviços de O&M--Continuação

i) Ativos e passivos por segmento

Ativos e passivos por segmento em 30/09/2017	Construção naval	Fretamento	Serviços de O&M	Corporativo	Ajustes e eliminações	Consolidado
Ativo						
Ativo circulante	41.900	65	106.009	515	(126.273)	13.833
Ativo realizável a longo prazo	46.350	3	-	130.270	(136.029)	48.975
Investimentos	4.370	-	-	1.547	(1.547)	4.370
Imobilizado	1.593.957	-	154	127	-	1.594.238
Intangível	160	-		1.369	-	1.530
Total do ativo	1.686.736	68	106.163	133.828	(263.849)	1.662.946
Passivo						
Passivo circulante	169.537	9.392	189.629	298.658	(266,277)	400.939
Passivo não circulante	4.567.851	-	2.059	2.976.743	(2.939.585)	4.607.068
Patrimônio líquido + AFAC	(3.050.652)	(9.324)	(85.525)	(3.141.573)	2.942.014	(3.345.060)
Total passivo e patrimônio líquido	1.686.736	68	106.163	133.828	(263.849)	1.662.946

Ativos e passivos por segmento em 31/12/2016	Construção naval	Fretamento	Serviços de O&M	Corporativo	Ajustes e eliminações	Consolidado
Ativo						
Ativo circulante	54.341	27	104.714	691	(128.241)	31.532
Ativo realizável a longo prazo	44.821	2	-	122.440	(114.692)	52.571
Investimentos	4.852	-	-	1.533	(1.533)	4.852
Imobilizado	1.594.828	-	-	178	(103)	1.594.903
Intangível	338	1	-	3.287	-	3.626
Total do ativo	1.699.180	30	104.714	128.129	(244.569)	1.687.484
Passivo						
Passivo circulante	230.586	9.445	167.203	286.235	(239.114)	454.355
Passivo não circulante	4.234.487	-	11	2.687.827	(2.658.776)	4.263.549
Patrimônio líquido + AFAC	(2.765.893)	(9.415)	(62.500)	(2.845.933)	2.653.321	(3.030.420)
Total passivo e patrimônio líquido	1.699.180	30	104.714	128.129	(244.569)	1.687.484

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

27. Informações por segmentos-Continuação

Prestação de serviços de O&M--Continuação

iii) Informações geográficas

	30/09/2017	31/12/2016
Ativos fixos por região Brasil	1.594.237	1.594.903
Total	1.594.237	1.594.903
Descite novvecião	30/09/2017	30/09/2016
Receita por região Brasil	7.971	
Total	7.971	

iv) Principais clientes

A companhia prestou serviço de O&M até agosto de 2015, tendo como principal cliente a empresa ligada OGpar.

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

28. Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus comparada às vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista nas políticas de gerenciamento de risco em vigor.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os saldos contábeis consolidados e o valor justo dos instrumentos financeiros inclusos nos balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estão apresentados a seguir:

	Consolidado			
	30/09	/2017	31/12	2/2016
	Valor justo	Valor contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	1.735	1.735	890	890
Clientes	3.942	3.942	1.183	1.183
Depósito vinculado	198	198	76	76
Passivos				
Fornecedores	999.209	999.209	1.015.854	1.015.854
Partes relacionadas	172.692	172.692	167.619	167.619
Debêntures	2.545.775	2.545.775	2.355.725	2.355.725
Empréstimos e financiamentos	1.108.700	1.108.700	1.022.272	1.022.272

28.1 Valor justo dos instrumentos financeiros

O conceito do "valor justo" prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte das contas da empresa tem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo equivalentes de caixa, a pagar e a receber, dívidas *bullet* e de curto prazo. As contas cujo valor justo

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

28. Instrumentos financeiros-Continuação

28.1 Valor justo dos instrumentos financeiros - Continuação

difere do valor contábil estão especificadas a seguir. Aplicações financeiras estão sendo apresentadas pelo valor justo, devido à sua classificação na categoria de valor justo através do resultado.

28.2 Gerenciamento de risco

A Companhia possui política formal para gerenciamento dos riscos financeiros.

28.2.1 Risco de mercado

Risco de variação nas taxas de câmbio e de juros.

28.2.1.1 Risco cambial

Risco de flutuação nas taxas de câmbio às quais podem estar associadas ativos e passivos da Companhia.

a) Gerenciamento de risco

A Companhia trabalha no gerenciamento do risco cambial no âmbito do consolidado de suas controladas para identificar e dirimir os riscos associados à oscilação do valor das moedas às quais estão associados ativos e passivos globais. O objetivo é identificar ou criar proteções naturais, aproveitando a sinergia entre as operações das empresas controladas da OSX Brasil. A ideia é minimizar o uso de derivativos de proteção, realizando o gerenciamento do risco cambial sobre a exposição líquida. Instrumentos derivativos são utilizados nos casos em que não é possível utilizar-se da estratégia do *hedge* natural.

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

28.2. Gerenciamento de risco--Continuação

28.2.2 Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de *rating* como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfolio. A exposição máxima ao risco de crédito pode ser representada pelo saldo das aplicações financeiras e contas a receber.

Quadro de risco de crédito	30/09/2017	31/12/2016
Caixa e equivalente de caixa	1.735	890
Clientes	3.942	1.183
	5.677	2.073

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

28. Instrumentos financeiros—Continuação

28.2 Gerenciamento de risco--Continuação

28.2.3 Risco de liquidez

Em condições normais, a Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, ativo financeiro disponível para venda suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Entretanto, devido às dificuldades financeiras da Companhia, a OSX Brasil, em conjunto com suas subsidiárias OSX Construção Naval e OSX Serviços, ajuizou pedido de recuperação judicial, em 11 de novembro de 2013, na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, deferido no dia 26 de novembro de 2013. No dia 17 de dezembro de 2014 ocorreu, em Assembleia Geral de Credores, a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, sendo a mesma homologada em 19 de dezembro de 2014 com data de publicação no dia 8 de janeiro de 2015. Dessa forma, os pagamentos de partes das obrigações da Companhia estão sendo tratados segundo os termos previstos no referido plano.

29. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações trimestrais e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia e suas controladas consideram que a cobertura de seguros é consistente com as de outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, as coberturas de seguros eram:

	Consc	olidado	
	30/09/2017	31/12/2016	
Riscos operacionais	59.826	150.000	
Danos materiais	60.000	60.000	
Responsabilidade civil de administradores	•	_	
•	119.826	210.000	

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

Composição do Conselho de Administração

Composição da Diretoria

Pedro Borba Presidente do Conselho Marcos Cattan Diretor Presidente

Leonardo Martins Conselheiro Bruna Born Diretora Jurídica e de relações com investidores

Luiz Lyra Conselheiro

Rogério Freitas Conselheiro Independente

> Regiane Domenes Jaime Contadora CRC- 1SP241912/O-9

Notas explicativas às informações trimestrais Período de seis meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

Declaração dos Diretores o sobre Parecer dos Auditores Independentes

A Diretoria entende que a abstenção de opinião por parte dos auditores decorre, como justificado pelo próprio auditor, do cenário de incertezas associados ao sucesso do plano de recuperação judicial.

A Administração		
Marcos Cattan Diretor Presidente		

Bruna Born

Diretora Jurídica e de relações com investidores

Rio de Janeiro, 30 de Setembro de 2017

Notas explicativas às informações trimestrais Período de nove meses findo em 30 setembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Nos termos da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações contábeis relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, autorizando sua divulgação.

Rio de Janeiro, 30 de Setembro de 2017 A Administração
Marcos Cattan Diretor Presidente
Bruna Born Diretora Jurídica e de relações com investidores